



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA

**GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA VILA DOS PESCADORES NA
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU, BRAGANÇA/PARÁ**

BELÉM-PA
2022

ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA

**GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA VILA DOS PESCADORES NA
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU, BRAGANÇA/PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marise Teles Condurú

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Almeida Flores

**BELÉM-PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

P436g Pereira, Alessandra de Almeida.
Gestão do turismo sustentável na Vila dos Pescadores
na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu,
Bragança/Pará / Alessandra de Almeida Pereira. — 2022.
98 f. : il. color.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Marise Teles Condurú
Coorientação: Prof.^a Dra. Maria do Socorro Almeida
Flores

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia, Belém, 2022.

1. Gestão Social. 2. Turismo Sustentável. 3. Unidade
de Conservação. 4. Desenvolvimento Local. I. Título.

CDD 354.33098115

ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA

**GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA VILA DOS PESCADORES NA
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERÁÇU, BRAGANÇA/PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Defendido e aprovado em: 22/12/2022.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marise Teles Condurú (Orientadora)
Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Almeida Flores (Coorientadora)
Doutora em Meio Ambiente e Direitos Humanos
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Paulo Moreira Pinto
Doutor em Ciências Socioambientais
Universidade Federal do Pará

Dedico esta dissertação à minha filha,
Maria Eduarda Pereira Arnund,
minha grande incentivadora nesta longa e exaustiva jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Pai todo Poderoso, que até aqui me deu forças e me ajudou em todo esse processo me iluminando e me protegendo.

À minha filha Maria Eduarda Arnund, que mesmo com seus 10 anos me fortalece e me ajuda de uma maneira extraordinária. Obrigada meu amor por todas as vezes que você me incentivou com uma frase de carinho e força, obrigada por todas as vezes que você me acordou para escrever e me dizia “Vai mãe, tá quase acabando, você consegue”. Obrigada pelas massagens corporal e facial para aliviar o cansaço e estresse, te amo e não canso de dizer que você é a minha luz, meu maior e melhor presente.

Ao meu esposo, Landrin Arnund, que sempre com muita paciência e tranquilidade me acalmava nas horas de desespero. Obrigada pela parceria, por aguentar todos os meus estresses durante esse período, por cuidar de mim, me alimentar e pelos passeios para espairecer.

Aos meus pais, Sandra Pereira e Eduardo Pereira, por toda base e apoio até hoje, por estarem comigo em todos os momentos de minha vida. Ao meu pai, obrigada por me ajudar na logística com a pesquisa, sem seu apoio não teria conseguido. À minha mãe meu MUITO OBRIGADA, por todas as vezes que puxou minha orelha, por todas as ligações querendo saber das minhas aulas, dos meus trabalhos, da minha pesquisa, jamais esquecerei das frases que repetia diariamente “Minha filha como está o teu mestrado? Já tá acabando? Vai logo terminar isso que eu quero te ver descansar”. Eu amo vocês demais.

Ao meu irmão, cunhada e sobrinhos, obrigada por todo apoio, amor e carinho, obrigada pelas vezes que ficaram com a minha filha para eu estudar, viajar, trabalhar e obrigada pelos passeios para relaxar. Amo cada um de vocês.

À minha amada madrinha e eterna professora Helena Doris, obrigada pelo incentivo, conversas, sugestões e conselhos, a senhora é minha inspiração e faz parte da minha vida.

Aos meus amigos queridos pelo apoio, incentivo e pelos momentos de descontração e desabafos me proporcionando ânimo e leveza para continuar nessa jornada. Em especial ao meu “grupo fechado mestrado”, Jéssica Anire, Nelson Júnior e Michele Caldas, sem vocês tudo teria sido mais difícil e monótono. Ao meu

amigo, conselheiro e maior incentivador, Flávio Lobato, toda minha gratidão por não largar a minha mão, principalmente nos momentos mais difíceis. Amo Vocês!

À minha orientadora, professora doutora Marise Condurú, não tenho palavras para agradecer por todo empenho, dedicação e paciência. Além de excelente profissional é um ser humano incrível. Minha eterna GRATIDÃO.

À minha coorientadora, professora doutora Socorro Flores, pela atenção nos momentos de dúvidas, pelas contribuições, colocações e instigações para o amadurecimento deste trabalho.

Aos atores sociais envolvidos no processo da pesquisa. À comunidade da Vila dos Pescadores por me acolherem e possibilitar desenvolver minha pesquisa. Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) por ter permitido e apoiado a minha pesquisa, em especial, ao gestor da Resex-Mar Caeté-Taperaçu que não mediu esforços para ajudar no processo com a pesquisa. À diretora municipal de turismo de Bragança que se disponibilizou em participar da pesquisa. E por último, mas não menos importante à empreendedora dos empreendimentos turísticos localizados na vila, Maryllim Oliveira, por disponibilizar o espaço para reuniões, por organizar a logística das ações, por intermediar as agendas e por todo o apoio que foi essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos vocês minha total gratidão!

RESUMO

Este estudo apresenta a importância do planejamento e gestão de forma sustentável do turismo na Vila dos Pescadores localizada dentro da área de zoneamento de turismo sustentável impactando de maneira positiva a comunidade e o meio ambiente. Tem como objetivo geral contribuir para a gestão do turismo sustentável na Vila dos Pescadores na RESEX-Mar Caeté-Taperaçu em Bragança/PA, ao se considerar a participação de sua comunidade. E como objetivos específicos: descrever a dinâmica das ações públicas no fenômeno de turistificação para a gestão em unidades de conservação; identificar a inserção dos atores sociais da Vila dos Pescadores na atividade turística e o seu perfil socioeconômico; apresentar uma nota técnica para a gestão do turismo sustentável da comunidade na Vila dos Pescadores na Resex-Mar Caeté-Taperaçu. Para viabilizar a pesquisa, os procedimentos metodológicos tiveram como base o levantamento bibliográfico e documental que contextualizam o objeto de estudo, apresentando abordagem qualitativa, de caráter exploratória e descritiva, o universo de pesquisa é a comunidade local (86 famílias, 300 pessoas distribuídas entre adultos, jovens, crianças e idosos), empresas particulares associadas ao turismo (pousada e restaurante) e o poder público. Foi também realizado um estudo de caso com envolvimento direto junto a comunidade local, visitas periódicas, conversas e reuniões com os atores sociais envolvidos no processo; os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista estruturada, a aplicação de questionários, com questões fechadas e abertas e o diário de campo. A partir dos resultados obtidos, percebeu-se que o turismo vem se desenvolvendo na Vila e que os órgãos competentes não desenvolvem ações relacionadas ao desenvolvimento do turismo sustentável. Concluiu-se que a comunidade é favorável ao turismo, mas precisa de atenção no que tange ações e/ou projetos em prol do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Turismo Sustentável. Áreas Protegidas. Gestão Social. Vila dos Pescadores - Bragança/Pa.

ABSTRACT

This study presents the importance of sustainable tourism planning and management in Vila dos Pescadores located within the sustainable tourism zoning area, which can positively impact the community and the environment. Its general objective is to contribute to the management of sustainable tourism in Vila dos Pescadores at RESEX-Mar Caeté-Taperaçu in Bragança/PA, considering the participation of its community. And as specific objectives: to describe the dynamics of public actions in the phenomenon of touristification for management in protected areas; to identify the insertion of the social actors of Vila dos Pescadores in the tourist activity and its socioeconomic profile; propose an action plan for the sustainable tourism management of the community in Vila dos Pescadores in RESEX-Mar Caeté-Taperaçu. To make the research viable, the methodological procedures were based on the bibliographic and documentary survey that contextualize the object of study, presenting a qualitative approach, of an exploratory and descriptive character, the research universe is the local community (86 families, 300 people distributed among adults, young people, children and the elderly), private companies associated with tourism (inn and restaurant) and the government. Action research will also be carried out with direct involvement with the local community, periodic visits, conversations and meetings with the social actors involved in the process; the data collection instruments are the structured interview, the application of questionnaires, with closed and open questions and the field diary. Based on the results obtained, it was noticed that tourism has been developing in the village and that the competent bodies do not develop any action related to the development of sustainable tourism. It was concluded that the community is favorable to tourism, but needs attention regarding actions and/or projects in favor of local development.

Keywords: Sustainable Tourism. Protected Areas. Social Management. Fisherman's Village – Bragança/Pa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Praia da Vila dos Pescadores	50
Fotografia 2 – Trilha para a praia	51
Fotografia 3 – Festividade de São Pedro na Vila dos Pescadores.....	51
Fotografia 4 – Pescadores levando o pescado para venda	52
Fotografia 5 – Resíduos sólidos despejados no mangue e nas ruas da Vila dos Pescadores.	53
Fotografia 6 – Situação das moradias da Vila dos Pescadores.	54
Fotografia 7 – Reunião com a comunidade da Vila dos Pescadores.	55
Fotografia 8 – Reunião e aplicação de questionário com a comunidade local.	56
Fotografia 9 – Conversa e aplicação de questionário com a comunidade	58
Fotografia 10 – Conversa e aplicação de questionário com a comunidade.	61
Fotografia 11 – Entrevista com a proprietária dos empreendimentos turísticos	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Áreas de Proteção Permanente
Art.	Artigo
ASSUREMACATA	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal do Pará
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
Km ²	Quilômetro Quadrado
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PA	Pará
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PEA	Parque Estadual
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Planos de Manejo
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Prodetur-NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

Proecotur	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REM	Reserva Extrativista Marinha
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RI	Reservas Indígenas
RL	Reservas Legal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sema	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo do Pará
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UC	Unidades de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
WDPA	Banco Mundial de Dados de Áreas Protegidas (sigla em inglês)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	19
2.1	O PANORAMA DAS PRIMEIRAS ÁREAS PROTEGIDAS	19
2.2	O CENÁRIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ	25
2.3	TURISMO SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	27
3	AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	33
3.1	GESTÃO SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS.....	33
3.2	GESTÃO DAS RESEX-MAR NA ZONA COSTEIRA DO PARÁ	36
3.3	GESTÃO SOCIAL NO VIÉS DO TURISMO	39
4	METODOLOGIA.....	44
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
5	VILA DOS PESCADORES DA RESEX-Mar CAETÉ-TAPERACU (PA): LÓCUS DE ESTUDO	47
5.1	ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS	47
6	REFLEXÕES ATRAVÉS DOS OLHARES DOS ATORES SOCIAIS.....	55
6.1	REFLEXÕES ATRAVÉS DAS DISCUSSÕES REALIZADAS COM A COMUNIDADE	55
6.2	REFLEXÕES SOBRE O OLHAR DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS.	61
6.3	REFLEXÕES SOBRE O OLHAR DO PODER PÚBLICO E SEUS DESDOBRAMENTOS	65
6.4	REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA VILA DOS PESCADORES	71
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	84
	APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS	85
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA OS MORADORES DA VILA DOS PESCADORES	86
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA AS EMPRESAS PARTICULARES RELACIONADAS AO TURISMO DA VILA DOS PESCADORES	89

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA O PODER PÚBLICO.....	91
APÊNDICE F – NOTA TÉCNICA.....	97
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO SISBIO.....	99

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia e do ritmo acelerado do crescimento global, o planeta começa a sofrer grandes impactos, principalmente ambientais, logo, a preocupação com o meio ambiente vem à tona. Paralelo a esse viés, surge à preocupação do Estado em criar áreas para proteção ambiental, em diversas categorias, como aquelas nas quais é possível a prática de atividades antrópicas sustentáveis, como o turismo.

O turismo é visto como um fenômeno social que pode contribuir com o fortalecimento social e econômico das localidades, bem como pode ser uma alternativa viável aos modelos de desenvolvimento para populações tradicionais, compondo o setor terciário. Partindo dessa premissa, as discussões sobre questões ambientais, escassez dos recursos naturais, inserção social e sustentabilidade começam a ser intensificadas.

A consolidação do capitalismo associada ao avanço tecnológico e à globalização vem ao longo do tempo deixando marcas profundas nos ambientes naturais e culturais das sociedades. Os impactos destas transformações vêm sendo objeto de estudos, eventos e iniciativas – públicas ou não – que buscam tratar as questões de conservação ambiental e cultural, produzindo assim debates e ações em torno da chamada sustentabilidade. A exemplo pode-se citar a criação de áreas protegidas legalmente instituídas como as Unidades de Conservação (UC) (VERÍSSIMO *et al.*, 2011; WORLD WILDLIFE FOUNDATION, 2011).

A Amazônia, detentora de significativa sociobiodiversidade, vem sendo o principal alvo destas ações, por vezes deletérias aos ambientes locais, como as ações antrópicas (mineração, desmatamento, grandes projetos, caça, atividades ilícitas e até mesmo o turismo). E iniciativas por parte da gestão pública de “tentar” minimizar tal processo a partir de normativas que buscam proteger a região, é a criação das UC (QUARESMA, 2003, 2008). Neiman e Rabinovici (2010, p. 23) especifica que,

[...] tais espaços vêm ao longo do tempo se mostrando frágeis no que diz respeito ao alcance de seus objetivos, seja pela insuficiência de recursos humanos e financeiros para suas efetivações, seja pelas atividades antrópicas irregulares que vêm sendo desenvolvidas nestas áreas.

O turismo nesse contexto se consolida em uma perspectiva massificadora a partir de diversas segmentações, enquanto atividade econômica, o qual vem se

estruturando e se direcionando para as áreas naturais, impondo-lhes impactos das mais diversas ordens (IRVING; AZEVEDO, 2002). Diante deste cenário, alternativas surgem como estratégias de sustentabilidade, a exemplo tem-se o Ecoturismo, enquanto alternativa socioeconômica e ecologicamente correta.

Poles e Rabinovici (2010, p. 11) retratam que,

[...] o ecoturismo surgiu como um segmento do turismo preocupado com os recursos culturais e naturais, com a localidade, a participação e uma série de estratégias que visam aumentar os impactos positivos do turismo sobre a natureza e a conservação ambiental.

Para tanto, há necessidade de um planejamento coletivo, em prol dos objetivos da UC e da comunidade (KRIPENDORF, 2009). No entanto, muitas UC existentes na Amazônia, de diferentes categorias, se deparam com a presença do turismo de massa¹ e seus desdobramentos, sejam em função da não conclusão e/ou revisões de seus Planos de Manejo² (PM), sejam em face da inexistência de um planejamento de uso turístico específico para as UC e seu entorno. É o que vem acontecendo em muitas UC do Nordeste paraense, inclusive, como por exemplo, a Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá, a qual foi criada em 1990 e envolve uma área de 2.378 hectares, sendo 385 hectares na ilha de Algodoal e 1.993 hectares na ilha de Maiandeuá, conforme Lobato (1999).

Segundo Canto *et al.* (2020, p. 1538), “[...] desde 1980 a ilha de Maiandeuá tem sido considerada um dos principais polos turísticos do estado do Pará, sua beleza resulta da combinação entre praias, restingas, mangues, furos e quatro povoados”, porém o turismo predominante na APA é o turismo de massa, assim sendo ocasionando diversos problemas para a UC e a comunidade local. Conforme o autor, outros conflitos estão presentes na APA Algodoal-Maiandeuá, por exemplo, construções ilegais, extração de recursos naturais, sendo o turismo o mais relevante.

Face ao exposto, esta pesquisa se deu na Vila dos Pescadores, localizada na Resex-Mar de Caeté Taperaçu, considerando o interesse social de sua comunidade,

¹ Segundo Cruz (2003, p. 6), “o turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento, transporte, e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje”.

² De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (artigo 2º, inciso XVII), plano de manejo “é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000, s. p.).

que tem papel de suma importância na elaboração e implantação de projetos de desenvolvimento local, por meio do turismo e de sua participação, uma vez que é a detentora de conhecimento sobre a sua realidade, o seu cotidiano, a sua necessidade e os seus anseios. E o produto gerado com esta pesquisa foi uma Nota Técnica para o planejamento e gestão do turismo sustentável na comunidade da Vila dos Pescadores.

Dessa forma, com a pesquisa visa-se contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para os ODS 11 e 14. No ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, que se refere a tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e tem como uma de suas metas, a 11.3, de apresentar, até 2030, o aumento da urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países. Com este estudo busca-se junto à comunidade da Vila dos Pescadores, apresentar uma Nota Técnica para o planejamento e gestão do turismo sustentável, o que permitirá atender a essa meta do ODS 11, em que a comunidade será protagonista da tomada de decisões de ações sustentáveis visando o desenvolvimento local e a sadia qualidade de vida.

Já o ODS 14 – Vida na Água, que destaca a conservação e promoção do uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, e estabelece na meta 14.7, que, até 2030, se faz necessário o aumento dos benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo. Entende-se que esta pesquisa apontará caminhos para a gestão do turismo sustentável como forma de desenvolver economicamente, socialmente e ambientalmente à Vila dos Pescadores, com a inserção da comunidade local, uma vez que, a mesma é a protagonista de seu espaço, buscando-se alcançar esse ODS 14.

Logo, a pesquisa investiga o tema em razão dos impactos que o turismo ocasiona para a localidade, sejam eles positivos (científicos, tecnológicos, econômicos, culturais e sociais) ou negativos (sazonalidade, desgaste dos recursos naturais, especulação de imóveis e terrenos, incentivo à prostituição, desrespeito à cultura local e desrespeito a locais sagrados), principalmente em áreas protegidas.

Como já foi mencionado neste estudo apresenta-se a Vila dos Pescadores, localizada na Resex Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, que tem seu acesso por água (Oceano Atlântico e Rio Caeté) e por terra, pela estrada PA-458. Diariamente circula o transporte público (ônibus) que interliga a Vila com diversas comunidades. Não diferente de outras localidades, a Vila dos Pescadores não teve um planejamento adequado e a comunidade sofre com os diversos problemas existentes oriundos da falta de gestão dos órgãos competentes. É de suma importância mencionar que o cenário atual da Vila dos Pescadores é preocupante, pois é perceptível a falta de infraestrutura e de ações para melhorar a vida dessa população.

Partindo-se dessa problemática, tem-se a seguinte questão de pesquisa: como tem ocorrido o fenômeno da turistificação na Vila dos Pescadores na Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar) Caeté-Taperaçu, em Bragança/PA?

A fim de responder o problema de pesquisa levantado o objetivo geral é contribuir para a gestão do turismo de forma sustentável na Vila dos Pescadores na Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar) Caeté-Taperaçu em Bragança/PA, considerando a participação de sua comunidade e os específicos são descrever a dinâmica das ações no fenômeno de turistificação para a gestão em unidades de conservação, identificar a inserção dos atores sociais da Vila dos Pescadores na atividade turística e o seu perfil socioeconômico e apresentar uma Nota Técnica para a gestão do turismo sustentável da comunidade na Vila dos Pescadores na RESEX-Mar Caeté-Taperaçu.

A proposta ora apresentada baseou-se em uma perspectiva dialética, com enfoque interdisciplinar qualitativo, de caráter exploratória e descritiva, teve como método de pesquisa o estudo de caso, inserida na linha de pesquisa, Gestão Ambiental, e o eixo temático do trabalho é gestão de áreas protegidas.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, a fim de se definir a maneira mais apropriada às categorias de análise, técnicas utilizadas e dados a serem coletados que contextualizam o objeto de estudo.

Logo, o presente trabalho está dividido em sete seções, sendo a primeira e sétima seções a introdução e considerações finais, respectivamente. A segunda seção aborda o panorama das primeiras áreas protegidas e as Unidades de Conservação. Já a terceira seção versa sobre a gestão social e como esta vem se desenvolvendo por meio da participação dos atores sociais. No que tange a quarta

seção, apresenta a metodologia do trabalho. A quinta seção discorre sobre os aspectos históricos, socioeconômicos e culturais da Vila dos Pescadores e a sexta seção apresenta o resultado da pesquisa de campo, a qual foi realizada com a comunidade, as empresas particulares relacionadas ao turismo e o poder público.

2 O TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Nesta seção abordou-se o panorama das primeiras áreas protegidas e as Unidades de Conservação, ou seja, sua criação como instrumentos de proteção e conservação dos recursos naturais, os vários acontecimentos que ocorreram marcando a história sobre as questões ambientais, os eventos de suma importância, os relatórios que foram publicados, as leis que foram sancionadas, os órgãos e as instituições que foram criados para minimizar e/ou mitigar os impactos ocorridos pelas ações antrópicas, bem como, o cenário do turismo sustentável nas UC e seus desdobramentos.

2.1 O PANORAMA DAS PRIMEIRAS ÁREAS PROTEGIDAS

As interações complexas entre ser humano e recursos naturais sempre foram problemáticas e conflituosas, pois com o acelerado ritmo das transformações ocorridas pelo avanço da tecnologia esses problemas e conflitos se acentuam cada vez mais e, com isso, Costa (2015) retrata que, a perda e o esgotamento desenfreado dos recursos naturais são alarmantes e agravantes. Partindo dessa premissa, tem-se a necessidade de proteger áreas naturais, sua fauna e flora e os povos tradicionais que nelas habitam.

Com o advento da Revolução Industrial vieram transformações políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. A acumulação capitalista e a expansão do mercado foram fundamentais para essas mudanças, tornando a agricultura mais especializada para suprir as demandas da indústria europeia. Mas, somente após a Revolução Industrial começaram a surgir movimentos mais abrangentes de proteção de áreas naturais com a finalidade de uso público. Esse fato deveu-se, possivelmente, ao crescente número de pessoas em rotinas de trabalho fabris que demandavam por espaços para recreação ao ar livre (MILANO, 2000).

Schenini, Costa e Casarin (2004, p. 2) discorre que “[...] as áreas protegidas existem desde o ano 250 a.C., quando na Índia já se protegiam certos animais, peixes e áreas florestadas”, mas foi no século XIX, que esboçaram a criação de áreas legalmente protegidas.

A primeira área protegida foi o Parque Nacional Yellowstone, nos Estados Unidos em 1872 e depois o Krugel National Park, na África do Sul, em 1898, com

objetivos de preservar suas paisagens virgens para gerações futuras e proteger os animais de caças predatórias, respectivamente (ARAÚJO, 2007).

Esse autor considera que o conceito de área protegida da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é bem estruturado, sendo “[...] uma área de terra/mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da biodiversidade e de seus recursos naturais e culturais associados, e manejados através de instrumentos legais e outros efetivos” (ARAÚJO, 2007, p. 100).

Para Medeiros (2006, p. 42), “[...] as áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados”.

Um dos instrumentos mais antigos de gestão dos recursos naturais é a criação de áreas protegidas e, no Brasil, o termo “áreas protegidas” têm sido reduzido à categoria de Unidade de Conservação (UC), sendo considerado um equívoco, pois as áreas protegidas compreendem um grupo bem maior de tipologias, discussões e ações para a sua criação (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

O processo de criação das áreas protegidas no Brasil tem início com a formalização do Código Florestal e o Código de Águas, ambos instituídos em 1934. E a primeira área protegida oficial foi criada em 14 de junho de 1937, entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, recebendo o nome de Parque Nacional de Itatiaia, com objetivo de incentivar a pesquisa científica, oferecer uma alternativa de lazer para as populações urbanas e proteger a natureza (ARAÚJO, 2007; BARBIERI, 2004; BENSUSAN, 2006).

Porém, segundo Medeiros (2003), o período colonial marca os primeiros registros voltados para áreas ou recursos de proteção em terras brasileiras. Coadunando com esse autor, Miranda (2004) cita dois exemplos de prática de proteção em terras brasileiras: o Regimento do Pau-Brasil editado em 1605 e a Carta Régia de 13 de março de 1797. O Regimento do Pau-Brasil pode ser considerado como uma das primeiras leis de proteção florestal brasileira e apresentava severas práticas para a exploração do pau-brasil na colônia. Já na Carta Régia se declarava as precauções para a conservação das matas no Brasil e os impedimentos de destruição.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 vários acontecimentos ocorreram marcando a história sobre as questões ambientais, eventos de suma importância

foram realizados como, Conferência de Estocolmo (1972), Seminário em Tammi (1974), Conferência de Tbilisi (1977), Rio-92 (1992), relatórios foram publicados, órgãos e instituições foram criados como a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e leis são sancionadas.

É importante frisar que na década de 1980 o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) foi o marco principal, pois criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e designou os princípios, as diretrizes, os instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional, conforme a Lei nº 6.938/81 em seu Art. 1º:

Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 225 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental (BRASIL, 1981, p. 1).

Após a inclusão do capítulo sobre meio ambiente na Constituição Federal de 1988 ocorreram avanços significativos no que tange a preservação e os cuidados que o poder público deve garantir para o equilíbrio do meio ambiente e também a descentralização da política ambiental, uma vez que, ocorre uma estruturação de instituições estaduais e municipais, pois há a criação de órgãos, secretarias e de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.

No ano de 1987 foi estabelecido o conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório de *Brundtland*, o qual foi definido como: “modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras em atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

Logo, o desenvolvimento sustentável é a utilização consciente dos recursos naturais que permita sua constante reposição e segundo o Relatório de *Brundtland* (BRUNDTLAND, 1988) o tripé da sustentabilidade está pautado no economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo.

Outra política relevante às questões ambientais é a Política Nacional de Educação Ambiental instituída em 27 de abril de 1999 (Lei nº 9.795/1999), a qual dispõe sobre a educação ambiental, sua definição e como ela deve ser trabalhada pelo poder público, privado e a sociedade, para suprir as necessidades do coletivo no que tange a sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Ela é uma política primordial para a gestão ambiental, pois tem como objetivo levar informação sobre a realidade e a construção e defesa da qualidade de vida, uma vez que, todos têm direito a educação ambiental seja ela formal ou não formal, conforme o Art. 2º: “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999, p. 1).

Em seu Art. 4º é apresentado os princípios básicos da educação ambiental perfazendo uma relação entre o meio natural, socioeconômico e o cultural regido pela sustentabilidade:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999, p. 2).

Portanto, a Política de Educação Ambiental agrega valores de suma importância, pois é o pressuposto básico do regime democrático, é essencial ao processo de participação da comunidade no debate e na tomada de decisão, exige diálogo efetivo entre o poder público e a sociedade e exige apresentar informações à comunidade, sendo essas informações atuais, fáceis e completas.

De 2000 a 2012 vários outros acontecimentos podem ser destacados para as políticas públicas voltadas ao meio ambiente como, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Conferência Ambiental Rio+10, a Agência Nacional de Águas (ANA), o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade e a Conferência Rio+20.

A política ambiental brasileira teve evidentes avanços, porém há grandes desafios a serem superados. Para Moura (2016, p. 39),

[...] o Brasil deveria estabelecer prioridades domésticas e desenvolver uma agenda própria que permita conjugar seu potencial de riqueza natural com níveis adequados de saneamento e desenvolvimento tecnológico, assim sendo um passo importante para o país evitar perdas aceleradas de seus recursos.

Em 2000, foi instituída a Lei nº 9.985/2000, a qual criou o SNUC, com o objetivo de organizar e uniformizar as categorias de Unidades de Conservação (UC) e os instrumentos de proteção destinados a ela. Assim sendo o SNUC no Art. 2º, define Unidade de Conservação sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

A partir da criação do SNUC foi iniciado um processo de conservação e preservação das UC. Partindo dessa premissa, o SNUC é composto por duas grandes categorias de manejo: o grupo de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Silvestre) e o grupo de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural). Vale salientar que o presente trabalho está abordando sobre RESEX, a qual está inserida no grupo de Uso Sustentável.

A Lei nº 7.804/1989 foi um dos instrumentos que introduziu as Reservas Extrativistas na Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1989). Já a sua criação e implantação foram regulamentadas pelo Decreto nº 98.897/1990. Conforme o Decreto supramencionado a definição de RESEX: “são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista. Esses espaços territoriais devem ser considerados de interesse ecológico e social” (BRASIL, 1990, p. 1).

O conceito de RESEX surgiu da necessidade de promover de forma adequada a regularização fundiária dos antigos seringais na Amazônia e ao mesmo tempo responder às demandas da comunidade local por melhores condições de vida (SILVA, 2018). Segundo a autora:

Historicamente, as reservas de desenvolvimento sustentável sucederam as reservas extrativistas, cujo conceito foi plantado em solos amazônicos por seringueiros que lutavam contra os desmatamentos promovidos por grandes empreendimentos e buscavam a manutenção de seu modo de vida dependente do extrativismo de diversos recursos florestais (SILVA, 2018, p. 33).

Uma RESEX é criada por meio de um diagnóstico socioambiental, o qual apresenta informações sobre a fauna e flora existente na área e as condições de vida e as demandas da população local. O SNUC define RESEX como:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p. 12).

Com isso os efeitos imediatos da criação de reservas extrativistas foram: reconhecimento dos direitos históricos dos seringueiros sobre as áreas tradicionalmente ocupadas e protegidas de florestas, estabelecimento de um equilíbrio maior entre os segmentos sociais em conflito pela posse da terra na Amazônia e a implantação de programas visando à melhoria das condições de vida dentro da floresta, pois os direitos dos habitantes passam a ser garantidos por lei.

Segundo Silva (2018), a Reserva Extrativista Marinha (REM) veio como subcategoria das RESEX e tão parecida quanto, ela surgiu da necessidade de proteção socioambiental de seus territórios, uma vez que, as propostas de criação de REM surgiram a partir de conflitos entre caranguejeiros na Amazônia. Vale ressaltar que, um dos maiores problemas ocorridos no entorno das REM é a exclusão por setores economicamente mais fortes como o turismo e a especulação imobiliária.

Assim, Milano (2000) explana que as RESEX representam áreas de domínio público com uso concedido às populações tradicionais extrativistas, são geridas por um Conselho Deliberativo, permitem o uso sustentável dos recursos naturais e a implantação de estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, além do mais é permitida a visitação pública e a realização de pesquisas científicas. Como instrumento de planejamento e gestão deve possuir Plano de Manejo onde são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, entre outros aspectos.

Destarte, pode-se perceber que o cenário das áreas protegidas no Brasil percorre um longo caminho até chegar à atualidade, segundo Bensusan (2006, p. 70) “[...] as áreas naturais protegidas já ultrapassam 10% do globo terrestre, embora em distribuição espacial irregular”.

Percebe-se que o panorama das UC na Amazônia Legal apresenta 23,5% do território e segundo Veríssimo *et al.* (2011, *apud* ROCHA, 2014), até dezembro de 2010 havia na Amazônia Legal 307 UC, totalizando 1.224.830 Km², o que corresponde a 23,5% desse território. Desse total, 196 eram de Uso Sustentável e 111 de Proteção Integral, administradas tanto pelo governo federal (132) como pelos governos estaduais (175). As UCs federais contabilizam 610.510 Km², sendo 314.036 Km² de Proteção Integral e 296.474 Km² de Uso Sustentável. E as UCs estaduais somavam 563.748 Km², sendo 129.952 Km² de Proteção Integral e 433.796 Km² de Uso Sustentável.

Vale ressaltar que a política ambiental brasileira teve uma evolução significativa de seus instrumentos políticos e grandes avanços sobre as áreas protegidas, principalmente depois da criação do SNUC. Mas também é importante frisar que mesmo com esses avanços ainda existem grandes problemas e conflitos principalmente no que tange a gestão dessas UC os quais, ainda não garantem sua efetividade e/ou eficiência.

2.2 O CENÁRIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ

O Estado do Pará, localizado na Região Norte do Brasil, que compreende 33% da Amazônia Legal, está dividido em 144 municípios.

A zona costeira paraense abriga 22 UC compreendendo 83.342,17 km² dominado por diversos ecossistemas, porém com maior ênfase as áreas de mangue, parafraseando Canto *et al.* (2020, p. 1536),

[...] a zona costeira paraense compreende uma área de 83.342,17 km². A zona costeira abriga 22 Unidades de Conservação, sendo 20 de uso sustentável e 2 de proteção integral. As mesmas criam uma espécie de cinturão verde dominado por diversos ecossistemas, com destaque para os manguezais.

Especificamente são, 14 Reservas Extrativistas (RESEX), cinco Áreas de Proteção Ambiental (APA), uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), um Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) e um Parque Estadual (PES).

Os ecossistemas terrestres sempre foram uma preocupação no que tange à proteção dos mesmos, pois os impactos são mais perceptíveis. Logo, criaram-se instrumentos para a proteção dessas áreas. Porém, as áreas marinhas também já sofriam seus impactos, mas pouco percebido. Segundo o Ministério do Meio

Ambiente, “[...] de forma silenciosa e menos perceptível, zonas costeiras, mares e oceanos de todo o mundo também sofriam gradativamente os efeitos da expansão da ocupação e dos usos humanos, sem receber a devida atenção” (BRASIL, 2010, p. 8). Para Prates (2007, p. 272):

A estratégia para se estabelecer áreas protegidas também vem sendo utilizada para o ambiente marinho, porém ainda em menor proporção. Das mais de 50000 áreas protegidas do mundo, apenas 1.300 incluem componentes marinhos e costeiros correspondendo a menos de 1% nos oceanos. Esse desequilíbrio acontece devido a diversos fatores como: dificuldades de acesso ao ambiente marinho, noção de que o ambiente marinho é uma propriedade comum a todos, sendo disponível para exploração e a ideia de que seus recursos são infinitos.

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) foram criadas como instrumentos para recuperar os estoques pesqueiros, uma vez que, há uma dificuldade de proteção dessas áreas costeiras e marinhas e a necessidade de melhorar a gestão dos recursos naturais das mesmas.

A *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources Gland* (IUCN) (2014, p. 8) define AMP como, “[...] um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e manejado por meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação em longo prazo da natureza associando os atributos dos ecossistemas com os valores culturais”. Para coadunar com a IUCN, Fukuda (2006, p. 22) define AMP como:

Qualquer área de terreno submaré ou entre-maré, juntamente com as águas sobrepostas, a fauna e flora associada, e seus aspectos culturais e históricos, que seja reservada por lei ou outros meios efetivos, para proteger parte do seu ambiente ou o todo.

O Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído no ano de 2006, através do Decreto Nº 5.758/2006 apresenta seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias e reconheceu a importância de designar áreas obstruídas à pesca como ferramentas de gestão. O PNAP providencia o fortalecimento do SNUC, o qual por sua vez é responsável em delimitar restrições quanto ao uso dos recursos dentro de uma AMP (BRASIL, 2006). Costa (2015) apresenta o panorama das AMP no mundo e no Brasil:

Segundo informações do Banco Mundial de Dados sobre Áreas Marinhas Protegidas, com a sigla em inglês (WDPA), atualmente há no mundo um total de 1300 AMP, as quais cobrem apenas 1% da superfície marinha global. De acordo com a divisão feita pela IUCN, há dezoito regiões marinhas no mundo, estando o Brasil inserido na região Atlântico Sul, onde há aproximadamente 274 AMP.

No Brasil, a zona costeira e marinha estende-se por aproximadamente 4,5 km² dentro de sua jurisdição, denominada de Amazônia Azul, ao longo de uma linha de costa de mais de 8.000 km, o país também abriga a maior extensão contínua de manguezais do mundo- 1,3 milhões de hectares (COSTA, 2015, p. 66).

A Lei Nº 7.661/1988 instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) com objetivos de planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa as atividades socioeconômicas na zona costeira brasileira (BRASIL, 1988).

Com todas as políticas públicas de proteção para as áreas marinhas ainda é ínfimo o cenário de UC no território brasileiro, conforme o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2002), mesmo com todas as iniciativas legais de proteger e conservar as áreas costeiras e marinhas, atualmente, o Brasil tem apenas 3,14% de sua área costeira e marinha (composta pela zona costeira, mar territorial e zona econômica exclusiva) incluída em Áreas Marinhas Protegidas, com aproximadamente 60 UC.

Os terrenos das RESEX-Mar pertencem exclusivamente à Marinha do Brasil, ou seja, são federais, porém como o mar juridicamente é indivisível isso gera conflitos, pois fica difícil delimitar territórios para diversas populações.

Atualmente o litoral paraense tem 80% de sua área com UC, conforme evidencia Marçal (2019, p. 63), “o litoral paraense passou a ter mais de 80% de sua extensão delimitado como UC e suas zonas úmidas totalmente reconhecidas internacionalmente como prioritários para conservação ambiental”. E na região nordeste do estado há 12 RESEX-Mar.

2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O turismo propõe-se a vivenciar as coisas produzidas ao longo da história do ser humano como ser social, e, assim, conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo ser humano. Segundo Gimenes (2010), a experiência turística associa vivências sensoriais (os sentidos), sociais (por exemplo, relações interpessoais e sentimento de hospitalidade), culturais e econômicas (como a qualidade do serviço-preço e relação custo-benefício dos serviços).

Para Gaeta (2010), o cenário econômico para o turismo é favorável, de modo que sua expansão acarreta o aumento da geração de renda e emprego. A autora

também transpõe que para manutenção desta cadeia se faz necessário adaptar-se às mudanças sociais, para que se possa atender as necessidades e expectativas do turista. Dias (2005) destaca que o turismo vem ganhando cada vez mais notoriedade, sobretudo pelo reconhecimento de que é uma atividade indutora de desenvolvimento, geradora de emprego, de renda e de inclusão social.

Dias (2005) ressalta ainda que a atividade turística impacta diretamente na cultura, de modo preservar as heranças culturais pela conservação de atrativos turísticos, a identidade cultural também pode ser fortalecida por meio das diferenças levantadas entre turista e comunidade, onde o sentimento de orgulho de sua identidade é exaltado, além da promoção e tolerância cultural, ou seja, os hábitos e costumes são respeitados de ambos os lados.

Para melhor compreender o que é o turismo faz-se necessário defini-lo tal como surgiu na Inglaterra no século XVII. “A palavra *tour* é de origem francesa, como muitas palavras do inglês moderno que definem conceitos ligados à riqueza e à classe privilegiada [...] a palavra *tour* quer dizer volta e tem seu equivalente no inglês *turn*, e no latim *tornare*” (BARRETO, 1995, p. 43).

A Organização Mundial do Turismo (2001, p. 38) definiu que “[...] o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócio ou outros”.

O turismo com o passar dos anos é tomado por uma proporção enorme, pois pelas conquistas trabalhistas (diminuição da carga horária de trabalho, férias remuneradas, tempo para o lazer), da evolução dos transportes e da diminuição do tempo de viagem mais pessoas conseguiram viajar, conhecer novos lugares, entrarem em contato com outras culturas e viverem novas experiências, porém junto com tudo isso ocorreram os impactos negativos que esse turismo de massa ocasionou, uma vez que não houve um planejamento de forma correta para receber um fluxo intenso de visitantes nos locais.

No mesmo sentido, Ramalho, Silva e Rabinovici (2010, p. 27) retratam os impactos negativos que o turismo de massa ocasiona:

Pode-se citar aqui alguns desdobramentos e características do turismo de massa, como: sazonalidade; contribuição para o desgaste dos recursos naturais; especulação de imóveis e terrenos; elevação do preço de produtos; pressão de corporações turísticas e corporações internacionais sobre as terras e a população; segmentação territorial; incentivo à prostituição; desrespeito à cultura local; desrespeito a locais sagrados;

inchamento do trânsito nos destinos turísticos; desequilíbrio econômico; aumento da presença de corporações internacionais; neocolonialismo. Espetacularização da cultura; interesses estritamente econômicos; e evasão de divisas.

Para esclarecer o que é impacto, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986, em seu Art. 1 define-o como:

Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986, p. 1).

Para Antoni e Fofonka (2018, p. 45), os impactos são ocasionados “[...] por um desequilíbrio ecológico gerado pela pressão humana, e o crescimento populacional e o desenvolvimento das cidades colabora para que essa pressão seja intensificada, assim como os danos ambientais”.

Devido aos impactos negativos a partir da década de 1970, ocasionados pelo turismo, surgiu a preocupação com as localidades e seus recursos naturais e as discussões foram intensificadas. Nesse contexto, paralelamente ligado a sustentabilidade, a qual fora debatida no Relatório de *Brundtland* (1988), permeou também discussões sobre o turismo. Para Fennell (2002, p. 20):

A partir dos pressupostos do Relatório de *Brundtland*, das lutas ambientalistas e dos movimentos de contracultura surgiu o turismo alternativo, que defendia uma alternativa nova, social e ecologicamente mais benéfica ao desenvolvimento do turismo de massa. Essa modalidade de turismo tinha a pretensão de se diferenciar da atividade turística existente até aquele momento, massificada e em larga escala.

Com isso, o turismo alternativo surge com características diferenciadas, como a participação da comunidade, a pequena escala e âmbito local, a promoção do contato entre turista e comunidade local, a tentativa de diminuição dos impactos sociais e ambientais sobre a população receptora, a geração de benefícios locais e incremento da economia local, a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição mais equitativa da renda obtida por meio do turismo. Para Poles e Rabinovici (2010) a visão que o turismo alternativo retrata é justamente planejar o turismo para que as comunidades autóctones se sintam pertencentes ao processo e tenham voz na tomada de decisão.

O TA surge com uma nova visão: ser um turismo local, em menor escala, incentivar o desenvolvimento da localidade e não simplesmente copiar modelos estrangeiros de planejamento da atividade que não se adequam à realidade existente no Brasil. Dessa forma, o turismo começaria a ser realmente planejado, e não imposto, de forma comunitária, na qual as populações teriam voz e seus pensamentos fariam parte do conjunto do desenvolvimento sustentável do turismo (POLES; RABINOVICI, 2010, p. 29).

Conforme as discussões se acentuavam, o turismo alternativo ganhava outras nomenclaturas, tais como turismo ecológico, verde e sustentável. Segundo Dias (2008, p. 106), existem muitos termos que se consideram sinônimos, por exemplo, “[...] turismo de natureza, turismo orientado ou baseado na natureza, turismo de áreas rurais, turismo de aventura, turismo verde, turismo sustentável, turismo rural etc.”.

Vale ressaltar que a nomenclatura utilizada atualmente é o turismo sustentável. Dias (2003, p. 106) o define como:

O que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece explicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social.

Portanto, o turismo sustentável implica em todas as segmentações do turismo com o objetivo de almejar e/ou alcançar a sustentabilidade.

Para a Organização Mundial do Turismo (1999, p. 22), o turismo sustentável é “[...] a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro”.

Sendo assim, Poles e Rabinovici (2010) retratam que o turismo sustentável surgiu como um segmento do turismo preocupado com os recursos culturais e naturais, com a localidade, a participação e uma série de estratégias que visam aumentar os impactos positivos do turismo sobre a natureza e a conservação ambiental.

Com isso, a Lei nº 11.771/2008, vem coadunar com as autoras, pois a mesma estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a

fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, a qual está relacionada a RESEX-Mar e a Vila, uma vez que, a lei tem a preocupação de fomentar o turismo sustentável, ou seja, desenvolver o turismo para ocasionar impactos positivos ao meio ambiente e a comunidade local (BRASIL, 2008).

Vale frisar que, os impactos positivos ocasionados pelo turismo sustentável, segundo Dias (2003, p. 144) são:

[...] econômico, baixo impacto, valor agregado às áreas protegidas, promoção de melhoria do manejo nas áreas protegidas, influência positiva sobre as atividades educativas e científicas, geração de emprego e renda e favorecimento da conservação da biodiversidade.

Diversas políticas públicas têm sido desenvolvidas com o objetivo de proteger os recursos naturais do país. Nesse contexto, foi estabelecido um sistema de Áreas Naturais Protegidas (SNUC), as quais incluem as Áreas de Proteção Permanente (APP), as Reservas Legal (RL), as Reservas Indígenas (RI) e as Unidades de Conservação (UC).

Neiman (2010, p. 31) afirma que o turismo sustentável “[...] pode ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável desde que haja geração de renda às populações envolvidas, pois isso diminuiria a exploração dos recursos florestais e geraria mais receita para a administração das áreas”. Em conformidade o MMA aponta que os espaços, as águas jurisdicionais e os recursos naturais são protegidos:

Nas UCs são protegidos os espaços territoriais, as águas jurisdicionais e os recursos naturais com características relevantes, com o objetivo de conservação. São instituídas legalmente pelo poder público e estão sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção (BRASIL, 2000, p. 8).

No Brasil, a prática do turismo em UC intensificou-se na década de 1980. O turismo sustentável no âmbito local, segundo Quaresma (2003, p. 106):

Aumentou, nos últimos quinze anos, a atividade turística na Amazônia, mais especificamente no estado do Pará, onde o litoral integra as microrregiões do Salgado, Bragantina e Viseu. Vastas e ricas áreas naturais – manguezais, ilhas, rios e florestas tropicais – vêm sendo ocupadas desde a pré-história por populações de caçadores-coletores especializados na obtenção dos recursos do mar. [...] As comunidades que entram em contato com o turismo sofrem alterações por causa dos impactos provocados pela atividade turística. Assim, nas áreas litorâneas do Pará, as comunidades de pescadores de Mosqueiro, Salinas, Ajuruteua, Marudá e Algodal/Maiandeuá transformaram-se em balneários turísticos em decorrência do processo de ‘turistificação’.

Portanto, o turismo quando bem planejado e gerido de forma correta gera impactos positivos à UC e à comunidade receptora, como a promoção do destino, a geração de emprego e renda, a limitação dos fluxos de turistas (capacidade de carga), as taxas de acesso a determinados destinos, a fiscalização constante sobre as normas de preservação ambiental e as políticas de valorização e fortalecimento da cultura local.

Em consonância com o que afirma Barbosa (2021, p. 113), “[...] o turismo sustentável pode ser um dos instrumentos de desenvolvimento local e de garantia da efetivação prática de planos de manejo coletivos e participativos, para além das fronteiras geopolíticas”.

3 AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A construção dessa seção versa sobre a gestão social e como esta vem se desenvolvendo por meio da participação dos atores sociais, principalmente da comunidade local, apresentando a importância que ela tem na tomada de decisão para o planejamento do desenvolvimento local de seu espaço. Também apresenta a discussão sobre a gestão social em UC, mais precisamente das RESEX-Mar na zona costeira do Pará, seus conflitos e como esses conflitos são geridos e/ou minimizados e como a gestão social é trabalhada no viés do turismo.

3.1 GESTÃO SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Quando se fala em desenvolvimento vem logo à tona algo que vai melhorar e/ou modificar, seja a vida do ser humano, seja o espaço, seja o lugar ou até mesmo a comunidade que ele está inserido, por isso tem-se desenvolvimento atrelado a progresso que também lembra crescimento, transformação e modernização, mas sabe-se que muitas vezes esse desenvolvimento não acontece da maneira que é vislumbrado, deixando assim uma pequena parcela da sociedade com os benefícios do mesmo. Devido somente uma pequena parcela se beneficiar desse desenvolvimento que ocorreu a necessidade de se trabalhar o coletivo, ou seja, a participação da sociedade, uma vez que, a mesma precisa se sentir pertencente ao processo e informar quais as mudanças são necessárias para melhorar sua qualidade de vida.

O termo desenvolvimento assumiu durante muito tempo uma série de interpretações e adjetivações levando a entender o seu significado no cenário contemporâneo. Para Vasconcellos Sobrinho (2018, p. 13) “[...] a mudança da sociedade em nossa compreensão, é desenvolvimento”, logo, não há sociedade isolada no cenário contemporâneo. É perceptível que durante todos esses anos o termo desenvolvimento é contraditório, pois existem sociedades que retrocederam ou foram extintas originando assim termos como subdesenvolvimento. Para Esteva (1992), o termo desenvolvimento tem sido discutido há mais de 200 anos. Após o fim da Segunda Guerra Mundial ele tornou-se um conceito em evidência, denominando assim a era do desenvolvimento.

Historicamente, sob o prisma econômico, “[...] desenvolvimento é o aumento do fluxo da renda real, isto é, o incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p. 15), sendo entendido que, desenvolvimento estava atrelado a ideia de progresso, crescimento, industrialização, transformação e modernização, porém muitas sociedades que detêm recursos não conseguem se desenvolver socialmente. Devido isso o conceito de desenvolvimento é ampliado, uma vez que, além de abranger o crescimento de renda uma sociedade também precisa incluir outros fatores que são de suma importância para o desenvolvimento social, como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer, melhorando assim sua qualidade de vida. Destaca-se que para melhorar a qualidade de vida das pessoas é necessário expandir as possibilidades dos indivíduos (ser, fazer, ter e poder), ou seja, criar iniciativas e/ou alternativas que contribuam para a preservação, a recuperação e a promoção da qualidade socioambiental sustentável.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1996, *apud* MILONE, 1998, p. 15),

[...] desenvolvimento, no entanto, além de abranger os aspectos de crescimento da renda, renda per capita, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, deve incluir outros fatores tais como redução dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade e melhoria nos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte (MILONE, 1998, p. 15).

Assim, desenvolvimento, segundo Sem (1999), significa remover os obstáculos para que uma pessoa possa fazer aquilo que quer e pode fazer na vida, superar o analfabetismo, a falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos e a ausência de liberdades civis e políticas. É importante frisar que o conceito de desenvolvimento continua em debate e se aperfeiçoando para alcançar a sustentabilidade e inclusão.

Para se falar em desenvolvimento local é necessário entender o que é a palavra local, o qual está pautado em um conceito construído, vinculado as características pré-determinadas para estudo em menor escala, ou seja, o local é muito relativo, pois ele está vinculado ao que é analisado e a identidade do espaço (cultural, econômica, social, natural e sentimento de pertença). O local é reconhecido a partir do seu ponto de referência, surge à margem do epicentro do desenvolvimento. A região está se desenvolvendo, mas tem locais que ficaram a margem desse desenvolvimento, logo, os mesmos foram buscar alternativas e

mecanismos para se desenvolverem, isto quer dizer que o principal autor desse processo de construção coletiva é a sociedade civil.

Santos (2002) propõe o conceito de um desenvolvimento local de base, “de baixo para cima”. Vasconcellos (2018), por sua vez, dialoga um contexto conceitual de desenvolvimentos, pois existem vários locais, identidades, culturas e costumes. Ressaltasse que o local não está isolado, sempre está ligado à outra escala. E o desenvolvimento local se caracteriza pela endogenia e tem várias abordagens. Nesta pesquisa, a abordagem trabalhada é o ser humano como centralidade, objetivando um equilíbrio entre a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento local.

A gestão social não possui uma definição conceitual, pois ela se apresenta ao mesmo tempo como filosofia de gestão (TENÓRIO, 2013), prática social (SILVA JÚNIOR; GRANJEIRO, 2012), modelo gerencial e alternativa de governança (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008).

O cerne da gestão social é a relação entre os atores envolvidos no processo democrático, os quais participam e estão engajados na tomada de decisão que afetam o coletivo. Para Tenório (2002), a gestão social privilegia a dimensão dialógica e relacional da gestão em espaços nos quais os atores compartilham o direito à fala e o direito de participar na tomada de decisão que afetam a vida nas comunidades e territórios, mas cabe aqui ressaltar que, o processo de gestão também é político.

O conceito de participação tem início no ano de 1980, quando alguns projetos de desenvolvimento implantados foram analisados e percebeu-se que, não obtiveram eficácia. Disso, concluiu-se que os beneficiários dos projetos não se viam pertencentes àquele processo, pois não participaram de sua construção e nem atendiam suas necessidades (CHAMBERS, 1997). Assim surgindo a participação popular, para entender o que significa popular os autores Miranda, Vasconcellos Sobrinho e Rocha (2010, p. 73) definem como:

[...] popular é o conjunto dos vários segmentos sociais pobres, que sobrevivem à margem dos parâmetros oficiais de qualidade de vida, ou insuficientemente neles inseridos, que atuam politicamente de forma marginalizada na esfera política (espaço legal constituído) ou na sociedade civil (enquanto espaço social autônomo do Estado), ou ainda que se encontrem desmobilizados politicamente, por motivações próprias ou alheias à suas vontades.

Existem três categorias conceituais que permeiam a relação Estado-Sociedade, as quais são: sociedade civil, sociedade política e sociedade econômica, cada uma com suas formas de organização. A sociedade civil é caracterizada como a organização civil fora do Estado, a que integra grupos, associações e movimentos, pois essa organização luta por direitos iguais. É perceptível que, os problemas oriundos da desigualdade social (saúde, educação, segurança, transporte, saneamento) são discrepantes em locais com menos desenvolvimento.

É fato que, a comunidade tem um papel relevante na elaboração e implantação de projetos de desenvolvimento, por via da participação, pois ela é a detentora de conhecimento sobre a sua realidade, o seu cotidiano, a sua necessidade e seus anseios. O processo de participação perpassa por várias fases (reunir, dialogar, compartilhar os interesses da comunidade, entender e continuar participando da implementação), as quais têm que ficar bem definidas, esclarecidas e compreendidas pela comunidade. Portanto, o objetivo da participação social, para Vasconcellos (2018, p. 5), “[...] é o de promover a participação mais ampla de diversos atores e setores da sociedade para discutir programas estratégicos de desenvolvimento”.

A gestão social do desenvolvimento (VASCONCELLOS SOBRINHO; TEIXEIRA, 2017) se apresenta como formas de administração do sistema social que melhor atende aos anseios da maioria das pessoas que dele fazem parte, uma vez que geram gestão participativa do e para o desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento da Amazônia foi de administração estratégica, ou seja, para ver resultados, porém não se preocuparam com as questões sociais. Na Amazônia Brasileira, as camadas populares são bastante representativas. Até o ano de 2000, a pobreza envolvia metade da população e mais da metade das crianças na Região Norte, segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012).

3.2 GESTÃO DAS RESEX-MAR NA ZONA COSTEIRA DO PARÁ

O termo gestão vem da Administração e está atrelado ao planejamento, organização, direção e controle. Na Amazônia, o processo de administração para o desenvolvimento foi estratégico, ou seja, decisões e orientações foram direcionadas para a utilização dos recursos naturais sem se preocupar com a devida preservação

dos mesmos e sem contemplar os atores necessários que faziam e fazem parte desse processo, os quais são as comunidades tradicionais. Rocha e Vasconcellos Sobrinho (2010, p. 85) “[...] argumentam que o modelo histórico de desenvolvimento aplicado no Brasil e na Amazônia viabiliza a concentração do capital, os danos ambientais e as desigualdades sociais”.

Partindo dessa premissa, um conjunto de normas, leis, programas, projetos foram sendo criados e/ou sancionados para minimizar e/ou mitigar os impactos ambientais e sociais, desde a década de 1980. Rocha (2014) observa um movimento de mudanças nas políticas regionais quanto à incorporação da temática ambiental como variável nos planos de desenvolvimento regional. E conforme as políticas públicas ambientais foram avançando ocorreu a necessidade de preservar e proteger áreas para sustentabilidade e, assim, surgiu o SNUC com diretrizes gerais do ordenamento do território nacional para gerir essas áreas, as Unidades de Conservação.

A gestão ambiental é abordada sob vários aspectos. Quintas (2006, p. 30) a define como um “processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Para Maia, Vasconcellos Sobrinho e Condurú (2017, p. 88), “[...] é o ato de gerir um território por meio de ações políticas e técnicas para o uso e aproveitamento dos recursos naturais, de forma menos predatória possível, para preservar a sócio-bio e cultural diversidade em prol da perenização da espécie humana, da terra, flora, fauna e biota”.

As UC foram criadas com o intuito de salvaguardar o patrimônio socioambiental, como explica Rocha (2014), e que elas assumem a condição de instrumento de ordenamento territorial, principalmente na Amazônia Legal. O mesmo autor ainda retrata que território está ligado a relação de poder, controle e gestão, seja do espaço, dos atores, dos limites, dos recursos ou até mesmo dos conflitos.

O território no âmbito político está vinculado a ações públicas, ou seja, o que o poder público desenvolve, executa em termos sociais, cabe ao Estado ordenar, gerir, cuidar e disciplinar o uso e apropriação desse território. Já o território no plano das relações sociais, entende como os grupos sociais se relacionam com o espaço, com os outros seres vivos, com eles mesmos e com a cultura deles, ou seja, já é uma questão coletiva.

As UC elas perpassam pelos dois planos sobre território, uma vez que, existem leis a serem cumpridas, mas também existe um coletivo nessas áreas que tem uma relação com aquele lugar, que tem uma rotina, que conhece aquele espaço e interaja com ele e que sabe o que é melhor para o local e para o desenvolvimento sustentável.

A RESEX-Mar como UC de uso sustentável tem no seu cenário uma gestão com papel político-administrativo, ou seja, além de gerir administrativamente ainda tem que saber trabalhar com os conflitos existentes.

Mesmo com a criação do SNUC e das UC os conflitos continuam e sempre vão existir. Segundo Canto *et al.* (2020), o conflito, conforme a segunda corrente de interpretação sobre conflitos, é compreendido como parte integrante do processo social que produz o grupo no seu território, ou seja, o conflito não é algo para ser resolvido, mas parte integrante do cotidiano do grupo social e estimulador das mudanças necessárias.

Nas Amazônias ocorrem conflitos de múltiplas formas decorrentes do controle e uso de recursos naturais. Logo,

[...] os conflitos socioambientais estão interligados à dimensão territorial, surgindo a partir das diferentes formas de apropriação dos conhecimentos, das técnicas e dos recursos naturais pelos diversos sujeitos sociais que se articulam de acordo com os seus interesses e conveniências, que são históricas (CANTO, 2016, p. 82-83).

Desse modo, a gestão territorial em UC é de suma importância nesse contexto dos conflitos socioambientais relacionados pela disputa dos recursos naturais, pois o elemento comum é a participação dos atores sociais na tomada de decisão, isto é, a sociedade como protagonista do processo.

Canto *et al.* (2017, p. 1538) retratam a existência de vários conflitos socioambientais na zona costeira paraense e que:

Tais conflitos se manifestam em razão das disputas pela apropriação e uso das matas ciliares que acompanham os igarapés e rios que se dirigem para o mar, as praias e dunas, os mangues e restingas, além das demais áreas privilegiadas e de grande interesse imobiliário, dentre outros.

A gestão social é o espaço de intermediação entre o Estado, a sociedade e o mercado, é uma tomada de decisão coletiva e tem que apresentar características essenciais para o exercício dessa gestão, os quais são participação, dialogicidade e interesse bem compreendido. É, atualmente, a maneira mais democrática de gerir as

UC na Amazônia, o que Canto *et al.* (2020) corrobora ao enfatizar que a gestão social tem limitações, mas é o melhor modelo para UC.

O cenário de gestão das RESEX-Mar da zona costeira paraense se dá pela participação dos atores sociais na tomada de decisão para amenizar os conflitos, e como argumenta Canto (2016), o território e conflitos são partes do mesmo processo se materializando no espaço de vivência.

Existem dois importantes instrumentos que auxiliam na gestão das RESEX-Mar, o Conselho Gestor Deliberativo e/ou Consultivo e o Plano de Manejo, os quais possibilitam entender o contexto organizacional, socioeconômico, político e cultural em que a RESEX se encontra.

Não se pode esquecer que há diversos conflitos nas RESEX-Mar e os mesmos se manifestam pelas disputas de apropriação e uso dos recursos naturais. Canto *et al.* (2020, p. 1538),

[...] explicita que tais conflitos se manifestam pela apropriação e uso das matas ciliares que acompanham os igarapés e rios que se dirigem para o mar, as praias e dunas, os mangues e restingas, além das demais áreas privilegiadas e de grande interesse imobiliário.

A gestão e participação social tem como cerne a inclusão dos desejos e aspirações dos atores sociais afetados pela ação pública em prol dos objetivos da UC e da comunidade.

3.3 GESTÃO SOCIAL NO VIÉS DO TURISMO

O turismo como vetor de desenvolvimento vem sendo executado no Brasil pelos mais diversos segmentos existentes. Atualmente, ele vem crescendo em grandes proporções em áreas de contato com a natureza, principalmente em UC. Contudo, nessas áreas especificamente tem-se uma atenção redobrada, pois são áreas protegidas e que possuem uma regulamentação, assim sendo subentende-se que os impactos são menores. Santos (2020, p. 69) discorre que para minimizar os prejuízos e maximizar os benefícios é necessário elaborar estratégias na gestão, e as ferramentas primordiais são o planejamento e a gestão pública.

No que tange ao planejamento, ele é feito baseado na necessidade de pensar, analisar, desenvolver e controlar algo, tendo em mente o controle em longo prazo para que seja possível elaborar soluções e novas estratégias sempre tentando

se anteceder aos fatos, ou como explica Molina (1997, p.37), “[...] planejar, em seu significado mais amplo implica na identificação de um conjunto de variáveis como objetivo de adotar um curso de ação, baseado em análises científicas, que permite alcançar uma situação pré-determinada”. Os anseios sociais devem ser previstos no planejamento urbano, se atentando para a forma como é feita a ocupação e organização do local.

A primeira experiência de planejamento no Brasil foi no governo de Getúlio Vargas em 1939 com o Plano Quinquenal Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (BARRETO, 2005). Já o planejamento no viés do turismo surge no Brasil em 1966, em que Barreto (2005, p. 17) argumenta:

O planejamento nacional de turismo surge no Brasil em 1966, mas em nível estadual já havia uma experiência prévia de mais de 15 anos. Em 1950, foram criados, mediante a lei 997, o Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul e o Serviço Estadual de Turismo (Setur).

As discussões sobre planejamento turístico são acentuadas, porém, sempre visando à questão econômica, somente a partir de 1965 que se iniciam as preocupações com as outras questões que envolvem o turismo. Burns (2004, p. 31), “acrescenta que o planejamento turístico não é apenas intersetorial (entre vários setores e a sociedade civil), mas intra-setorial (entre os diferentes prestadores de serviços turísticos)”.

Molina (1997, p. 78) em relação ao planejamento turístico afirma que “o planejamento do turismo deve ser ou participativo, ou transacional, e que é preciso melhorar qualitativamente o nível de participação dos membros da sociedade”.

Com a elaboração do Relatório de Brundtland, em 1987, a atenção voltou-se para questão ambiental e o desenvolvimento sustentável passou a ter ênfase nas discussões. Na área do turismo acentua-se o planejamento do turismo sustentável como forma de garantir o desenvolvimento econômico, ambiental e social, pois segundo Barreto (2005, p. 26):

Planejamento do turismo sustentável surge como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

Assim sendo, é importante salientar que o planejamento do turismo sustentável além de partir da necessidade de proteger o meio ambiente ele também

necessita proteger e desenvolver a população local, onde essa comunidade possa participar de forma ativa nesse planejamento se sentindo pertencente ao processo.

Entretanto, a realidade na Amazônia é bem diferente, muitas vezes esse turismo ocasiona grandes impactos negativos por falta de um planejamento e gestão adequados para as UC, como é o caso da RESEX-Mar Caeté-Taperaçu, que tem em seu Plano de Manejo o turismo como uma lacuna a ser sanada. O Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012, p. 126) “[...] apresenta o aumento do desenvolvimento de um turismo sem planejamento ou ordenamento na região de Ajuruteua, comunidade do Campo do Meio”.

Paula e Rabinovici (2010) ainda destacam que na estrutura de um órgão destinado ao turismo, deve-se apresentar um Conselho de Turismo, um fundo de financiamento e uma agência de desenvolvimento, pois esse trabalho em conjunto alavancaria o turismo na localidade. E também as políticas públicas de turismo devem estar atreladas a outras políticas de governo (meio ambiente, cultura, patrimônio histórico etc.), outras esferas (municipal, estadual e federal) e a participação das empresas particulares e da sociedade civil, ou seja, a participação de todos os atores sociais envolvidos na atividade turística, o que apresentaria uma gestão social compartilhada, uma vez que todos estariam envolvidos no processo e teriam voz e voto.

No ano de 1966 foram criadas a Empresa Brasileira de Turismo, atual Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). A partir da década de 1980, o ecoturismo começou a apresentar uma articulação entre o setor do turismo e a políticas nacionais do meio ambiente, porém com a total ausência da participação da sociedade civil. Já na década de 1990, houve uma transformação no que tange a participação da sociedade civil, academia e empresas particulares nas tomadas de decisões, passando o turismo a ter maior presença nas políticas públicas, como exemplos têm-se, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur). E no século XXI, no ano de 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTur), sendo em 2008 sancionada a Lei nº 11.771/2008 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo (PNT) e tem como instrumento de execução o Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2008). Essa lei, em seu art. 1º, estabelece normas sobre a PNT, define as atribuições do governo federal no que

tange o planejamento, o desenvolvimento e o fomento do trade turístico e regulariza a prestação de serviços, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2008).

Em seu art. 5º, a PNT apresenta seus objetivos, ressaltando-se aqui os incisos VI e VIII:

VI- promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

VIII- propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural (BRASIL, 2008, p. 2).

É perceptível que a PNT contempla uma política descentralizada com enfoque na participação das comunidades receptoras e na conservação do meio ambiente, uma vez que, cada ator social conhece a sua realidade e sabe quais são seus potenciais, conflitos, anseios e necessidades, fazendo com que fique mais fácil fomentar a atividade, pois fica evidenciado o sentimento de pertencimento dos atores sociais envolvidos o que ocasiona acesso à informação, interesse e participação na tomada de decisões, ou seja, ele se torna protagonista do processo. Em conformidade com a PNT, as políticas públicas relacionadas às UC coadunam com o cenário de gestão social que é desenvolvido nessas áreas, uma vez que é uma gestão social compartilhada com o envolvimento de vários atores sociais que conhecem as realidades, os problemas e os conflitos de seus territórios.

Conforme o SNUC, o turismo é uma das atividades permitidas em algumas categorias de UC. Segundo a Lei Nº 9985, de 18 de julho de 2000, essa atividade pode “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000, p. 7). Sendo assim, é perceptível que pelas discussões e sanções de leis ambientais os turistas iniciam um processo de conscientização, refletindo e buscando mais contato com o meio natural, ou seja, novas experiências, vivências, relações, conhecimentos e contatos vão aproximando com o meio ambiente e a comunidade autóctone.

O panorama das políticas públicas para o turismo na Amazônia se efetivou a partir do ano de 1992 quando surgiu o I Plano de Turismo da Amazônia (I PTA 1992/1995), criado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

(Sudam). Em 1993 foi elaborado O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA 1994/1997), em 1995, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica e, em 2008, o MTur criou o Plano para uma Amazônia Sustentável (BRASIL, 2008).

Analisando essas políticas públicas fica visível o caráter mercadológico, tornando, assim, o turismo predatório, sem preocupação com o meio ambiente e as comunidades autóctones. Porém, é importante frisar que o turismo sustentável surge para modificar essa visão holística, entendendo que cada ator tem sua relevância exercendo seu papel de cidadão. E no viés da gestão social o turismo precisa unir atores sociais, protagonismo e sustentabilidade para o desenvolvimento local das UC e das comunidades receptoras.

Conforme Pereira et al. (2019, p. 128), algumas experiências de turismo em UC na Amazônia Legal:

A Resex de Cazumbá-Iracema, no estado do Acre, em que foi desenvolvido o ecoturismo de forma embrionária e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizada no Rio Solimões, sendo a pioneira em aliar o conceito de desenvolvimento sustentável ao de turismo e inserção da comunidade na operação das atividades em parcerias com ONG.

Paula e Rabinovici (2010, p. 168) explicam que as políticas públicas no viés do turismo devem:

[...] ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade, o qual garantiria a democratização da prática desse fenômeno, principalmente enquanto possibilidade de lazer própria do tempo livre e portanto, um direito social de todos os cidadãos.

Mas é importante salientar que o turismo só tem impacto positivo quando é planejado de forma consciente e envolvendo os atores sociais que fazem parte do processo e do cenário, isso é válido também para o turismo sustentável, pois tem a preocupação com o meio ambiente e as comunidades tradicionais.

4 METODOLOGIA

A presente seção apresenta como foi realizada a pesquisa de campo, que ocorreu em quatro etapas divididas em: reuniões, aplicação de questionários, entrevistas, coleta de informações e dados e observação do espaço. O universo de estudo foi a comunidade local, as empresas particulares associadas ao turismo (pousada e restaurante) e o poder público.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se efetivou inicialmente a partir dos repositórios institucionais e das bases/plataformas de conteúdo científico para levantar os trabalhos anteriormente produzidos sobre a temática, tanto na região amazônica, como em outras áreas do país. Além, do referencial fornecido pelas disciplinas as quais foram cursadas no Programa.

Na pesquisa bibliográfica fora feito o levantamento de categorias teóricas como, Desenvolvimento Local, Gestão Social, Áreas Protegidas e/ou Unidades de Conservação, Resex-Mar e Turismo Sustentável. Com a pesquisa documental buscou-se embasamento da fundamentação legal considerando as políticas públicas ambientais, com ênfase ao desenvolvimento local e com o objeto de estudo.

Também fora realizada pesquisa de campo na Vila dos Pescadores da Resex-Mar de Caeté-Taperaçu, com o uso de diferentes instrumentos de coleta de dados, como questionários e observação sistemática, como método de pesquisa foi utilizado o estudo de caso.

Por fim, realizou-se a pesquisa de campo após as análises das pesquisas bibliográfica e documental. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.186) a pesquisa de campo:

[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. [...] Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.

É oportuno destacar que a pesquisadora tem contato direto com a comunidade da Vila dos Pescadores, para entender e compreender a dinâmica e a gestão do espaço, a inserção da mesma na atividade turística e o planejamento para o desenvolvimento local.

O universo de estudo foi a comunidade local, as empresas particulares associadas ao turismo (pousada e restaurante) e o poder público. Os procedimentos técnicos de pesquisa ou os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista estruturada e a aplicação de questionários. Assim, foram feitas entrevistas estruturadas com as empresas particulares associadas ao turismo e com o poder público, a aplicação de questionários, com questões fechadas e abertas, com a comunidade local e a observação do cenário do turismo na Vila dos Pescadores, para que se possa contribuir juntamente com os atores sociais envolvidos para o planejamento e gestão do turismo sustentável coletivo e participativo, em prol dos objetivos da Unidade de Conservação e da comunidade.

O roteiro de entrevista estruturada relacionado às empresas particulares associadas ao turismo é formado por 10 perguntas que retratam sobre os conhecimentos acerca de Unidade de Conservação, RESEX-Mar e Turismo, o envolvimento do empreendimento nas discussões sobre a gestão da vila e o Plano de Manejo da Resex-Mar, o tempo de atuação do estabelecimento e as ações que a empresa desenvolve com a comunidade para o desenvolvimento local, a fim de se buscar o entendimento da relação entre empresas particulares e comunidade autóctone e como essa comunidade está inserida no que tange o turismo. Já o roteiro de entrevista estruturada relacionado ao poder público é composto por 19 perguntas que retratam sobre a gestão do espaço, as ações que são executadas para diminuir e/ou mitigar os impactos e os conflitos, os conhecimentos acerca de Unidade de Conservação, RESEX-Mar e Turismo, o envolvimento e a integralização dos órgãos competentes para melhorar a vida da comunidade e o repasse de informações relevantes para o aprimoramento da gestão. E o questionário aplicado à comunidade abordou com perguntas relacionadas à questão socioeconômica, o conhecimento sobre Unidade de Conservação, RESEX-Mar e Turismo, a relação econômica com a atividade turística, a atuação da mesma na gestão e a existência de ações que são desenvolvidas para beneficiar os moradores da Vila dos Pescadores.

Também foi usado diário de campo, registro fotográfico e a observação do cenário do turismo na Vila dos Pescadores, para que então a pesquisadora possa contribuir juntamente com os atores sociais envolvidos para o planejamento turístico sustentável coletivo e participativo, em prol dos objetivos da Unidade de Conservação e da comunidade.

Na etapa 1, realizada no mês de novembro do ano de 2020, ocorreu a visita de campo com a realização de reunião que teve como objetivo apresentar o projeto de pesquisa. Já na etapa 2, acontecida no período de 21 a 23 de outubro de 2021, foram elaborados os questionários estruturados, a serem aplicados à comunidade local e às empresas particulares relacionadas ao turismo, bem como a produção dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de Uso de Imagem e as orientações sobre coleta de informações, registro fotográfico e os relatos de experiência. Na etapa 3 foram realizadas entrevistas com o poder público em âmbito federal e municipal como, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e a Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de Bragança para entender como se dá a integralização dos órgãos competentes para a gestão e as ações que são desenvolvidas na Resex-Mar Caeté-Taperaçu mais precisamente na Vila dos Pescadores e deu-se a continuação das reuniões com a comunidade local, a aplicação de questionários e as conversas com os moradores, para ouvir seus relatos de experiências e vivências, suas opiniões e suas angústias para a elaboração da Nota Técnica. E, por fim, a etapa 4 é a entrega e apresentação como produto da pesquisa, a Nota Técnica ao ICMBIO para o planejamento e gestão do turismo sustentável na Vila dos Pescadores.

5 VILA DOS PESCADORES DA RESEX-Mar CAETÉ-TAPERACU (PA): LÓCUS DE ESTUDO

A presente seção apresenta a historicidade da Vila dos Pescadores, como surgiu e foi habitada e seu atual cenário, abordando seus aspectos sociais, econômicos e culturais, sua dinâmica e rotina no contexto do desenvolvimento local.

5.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

Esta pesquisa foi realizada na Vila dos Pescadores, localizada na Resex-Mar Caeté-Taperaçu, que pode ser visualizada no Mapa 1, dentro da área de zoneamento de turismo sustentável, que tem estabelecido no Plano de Manejo. O acesso à Vila se dá por água (Oceano Atlântico e Rio Caeté) e por terra, pela estrada PA-458. Diariamente circula o transporte público (ônibus) que interliga a Vila com diversas comunidades.

Mapa 1- Localização da Vila dos Pescadores.

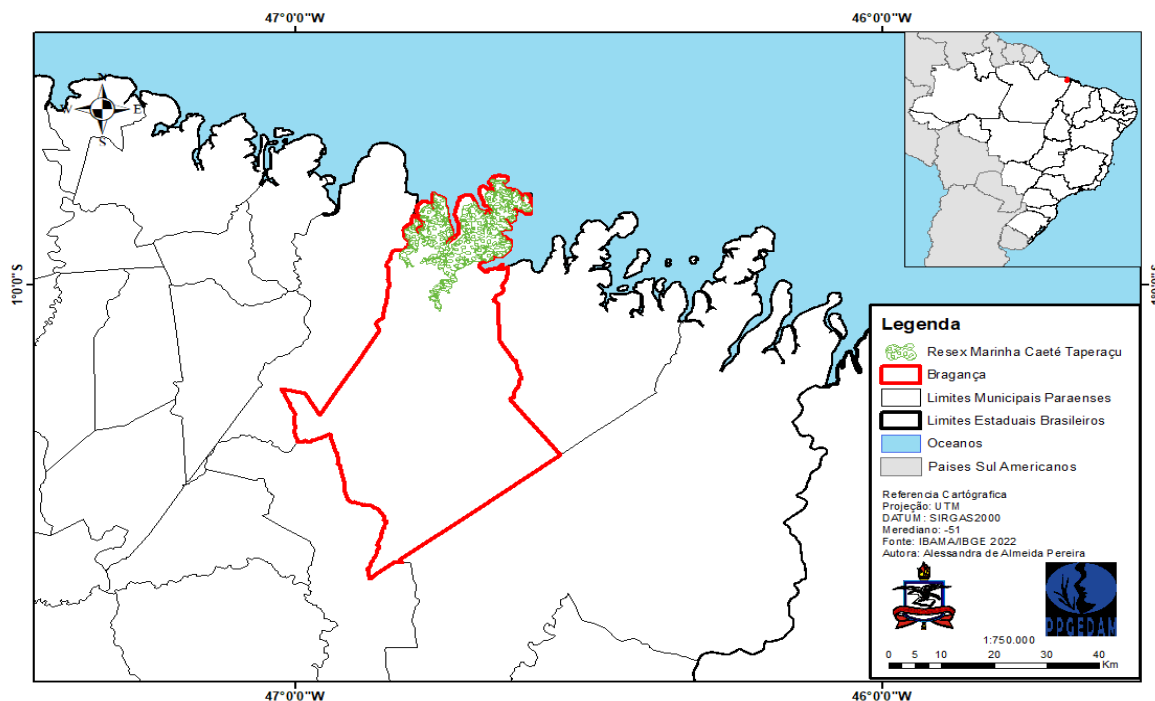


Fonte: IBAMA/IBGE (2022).
Nota: Produzido no Qgis 13.5.

A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Resex-Mar Caeté-Taperaçu) é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, localizada no

Município de Bragança, distante 215 km da Capital Belém, no litoral nordeste do Estado do Pará, com uma área de aproximadamente 42.068,086 hectares (SILVA, 2018), apresentada no Mapa 2.

Mapa 2 – Localização da RESEX-Mar Caeté-Taperaçu.



Fonte: IBAMA/IBGE (2022).
Nota: Produzido no Qgis 13.5.

A Resex-Mar Caeté-Taperaçu corresponde exclusivamente às áreas marinho-estuarinas e de manguezais, bem como as formações que venham a ocorrer dentro do bioma. Tem como limites ao norte cerca de 2,0 km ou uma milha náutica, a leste com a RESEX Marinha Araí-Peroba, localizada no Município de Augusto Corrêa, a oeste pelo Município de Tracuateua, limitando-se assim com a RESEX Marinha de Tracuateua e ao sul pela divisa do mangue com a terra firme.

Segundo Abdala, Saraiva, Wesley (2012), a Resex-Mar Caeté-Taperaçu, criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005, possui Plano de Manejo, Conselho Deliberativo e é composta por um total de 55 comunidades, das quais apenas três dessas encontram-se dentro do polígono da reserva (Castelo – Polo Bacuriteua, Vila dos Pescadores e Bonifácio – Polo Ajuruteua), e o restante localiza-se no entorno, totalizando um número estimado de 6.000 usuários. Essas comunidades foram divididas em oito polos para facilitar a sua gestão, sendo representadas pela

Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA).

Dentre os recursos naturais existentes na RESEX-Mar pode-se dar destaque aos ecossistemas de manguezais, campos naturais, campos salinos, capoeiras, rios, igarapés, praias, ilhas, apicuns, restingas e dunas (OLIVEIRA, 2008). Abdala, Saraiva, Wesley (2012) relatam que ninhais de inúmeras espécies de pássaros encontrados na região localizam-se em diversas ilhas, dentro do território da reserva, com uma significativa importância biológica, como o guará, o marreco e a garça. Também se destacam as Ilhas: do Maciel, dos Pássaros, de Canelas e das Garças e ao longo da Reserva Extrativista é possível avistar milhares de pássaros, tornando-se um espetáculo de grande beleza cênica.

Os moradores da Vila dos Pescadores apontam sua origem entre 1913 e 1915 com a chegada de imigrantes nordestinos oriundos de uma forte seca. Posteriormente, a vila foi crescendo com a chegada de pescadores que residiam em outras praias da região litorânea e do interior de Bragança (MANESCHY, 1993).

Segundo Cecin (2022, p. 44), “[...] a comunidade era conhecida como Ilha de Ajuruteua, pois não havia acesso por via terrestre, somente através de pequenas embarcações. Sua população chegava a cerca de 900 pessoas agrupando-se em torno de 200 casas”. Importante ressaltar que a comunidade mantinha suas necessidades por meio dos recursos locais, conforme os apontamentos de Maneschy (1993, p. 6):

Durante muitos anos a comunidade se reproduziu com base na sua própria produção, sem maior dependência do exterior. O leque de necessidades era reduzido e podia ser satisfeito com base nos recursos locais, de onde extraíam alimentação, materiais para construção de suas casas e para a confecção da maior parte dos instrumentos de trabalho.

Muitas mudanças ocorreram na vida da comunidade, porém a que mais ocasionou impacto foi a iniciativa do projeto de promoção da atividade turística que para Cecin (2022) tinha como objetivo suprir as necessidades econômicas que Bragança vinha enfrentando a partir de 1970. Uma das iniciativas do projeto foi a construção de uma rodovia ligando a sede do município a Praia de Ajuruteua, como forma de atrair turista e gerar renda.

Para Cecin (2022), a construção da estrada além de se alongar, ocasionou alteração nos grupos sociais da Vila dos Pescadores:

A construção da estrada durou cerca de 20 anos, iniciando em 1971 e sendo finalizada com asfaltamento somente em 1991, data de sua inauguração oficial, tornando-se a Rodovia PA 458. Entretanto, antes de ser inaugurada oficialmente, ela já estava ativa e começou a alterar a situação dos grupos sociais que habitavam às margens dessa rodovia, gerando transformações em vários aspectos da vida dessas comunidades, sendo a Vila dos Pescadores uma delas (CECIN, 2022, p.47).

Outo fato interessante mencionar com a inauguração da rodovia é sobre a mudança do nome da comunidade, que segundo Maneschy (1993, p. 8):

A comunidade deixa de se chamar Ilha de Ajuruteua (ou praia de Ajuruteua) para se transformar em Vila dos Pescadores. O nome Praia de Ajuruteua foi dado ao Campo do Meio, uma Vila situada próximo à Vila dos Pescadores, como forma de atrair turistas ao local, incentivar a implantação de empreendimentos turísticos e gerar marketing para Bragança no intuito de melhorar a economia do município.

Coadunando com os apontamentos da autora, vários moradores da vila contaram as histórias sobre a modificação do nome, conforme o relato da entrevistada 1 (2021), moradora da vila e marisqueira, “antes dessa rodovia aqui era Ajuruteua, linda, muita gente vinha de barco visitar e passear, depois que essa rodovia chegou, eles colocaram o nome do Campo do Meio de Ajuruteua e aqui que era Ajuruteua virou Vila dos Pescadores”.

Na Vila dos Pescadores encontram-se atrativos naturais (praias, igarapés, trilhas) e culturais (Fotografias 1a e b, e 2) e ocorrem eventos religiosos e gastronômicos.

Fotografia 1 – Praia da Vila dos Pescadores



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Fotografia 2 – Trilha para a praia



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No que tange a cultura, a Vila tem em seu calendário eventos importantes que movimentam o local, como o aniversário da Vila dos Pescadores, a Festividade da Igreja Evangélica e o Festival do Açaí. O evento tradicional da Festividade de São Pedro que iniciou em 1923 realizado no dia 29 de junho até os dias atuais é o mais aguardado pelos moradores, pois envolve a religiosidade, a fé, as tradições e atrai pessoas para prestigiar as comemorações. O evento tem em sua programação a procissão fluvial aonde os pescadores em suas embarcações acompanham em forma de agradecimento ao santo pelas bênçãos, depois tem a missa, muito carimbó, música, dança e venda de comidas típicas (Fotografia 3a e b).

Fotografia 3 – Festividade de São Pedro na Vila dos Pescadores.

a)



b)



Fonte: Oliveira (2019).

A economia local gira entorno do extrativismo marinho e é considerada uma comunidade voltada para a pesca artesanal comercial (Fotografia 4a e b), realizada por 73% das famílias, sendo a atividade de “catação” de caranguejos menos frequente (GLASER *et al.*, 1997).

Fotografia 4 – Pescadores levando o pescado para venda



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Segundo a agente comunitária aposentada e moradora da vila, entrevistada 2, atualmente, existem na Vila 86 famílias, 300 pessoas distribuídas entre adultos, jovens, crianças e idosos (pesquisa de campo, 2020).

Não diferente de outras localidades, a Vila dos Pescadores não teve um planejamento adequado e a comunidade sofre com os diversos problemas existentes oriundos da falta de gestão dos órgãos competentes.

É de suma importância mencionar que o cenário atual da Vila dos Pescadores é preocupante, pois é perceptível a falta de infraestrutura e de ações para melhorar a vida dessa população. Krause *et al.* (2000, p. 127) retrata que “[...] a população que habita a vila em estudo é formada, principalmente, por pescadores, com baixo poder aquisitivo. A Vila carece de serviços e infraestrutura básica, como por exemplo, saneamento básico, água potável, escolas e melhor acesso”.

Coadunando com os autores acima Pereira *et al.* (2006, p. 130) relata que:

Os serviços públicos ou particulares são muito escassos na vila. Entre os levantamentos realizados foi possível registrar a ausência de agência bancária, posto de saúde, pousadas, lojas (roupas, sapatos etc.), sistema público de abastecimento de água, sistema de saneamento básico, limpeza pública diária, farmácia, policiamento, salva-vidas, correios etc. Por outro lado, os únicos serviços oferecidos à população local são: escola pública (uma), igrejas (duas), alguns bares e pequenas mercearias (onde são vendidos alguns tipos de alimentos da cesta básica, bebidas e remédios).

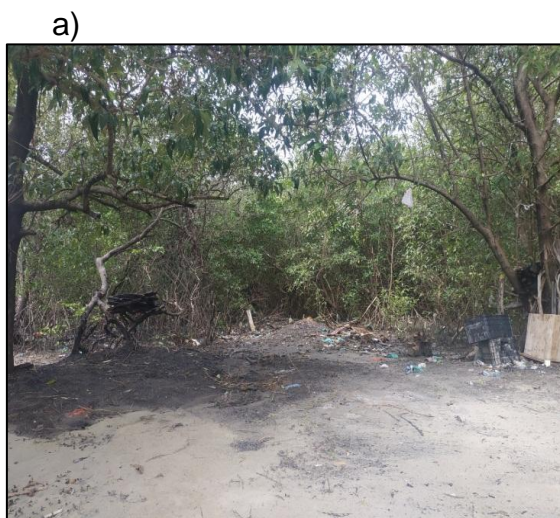
Vale ressaltar que ocorreram algumas mudanças no cenário dos serviços e da infraestrutura da Vila, e que atualmente há uma pousada e um restaurante, porém, a única escola que havia foi fechada e esses alunos foram remanejados para outras instituições, conforme visualizado nas visitas de campo e pelas conversas com os moradores, pois segundo o entrevistado 3 relatou que, “eu nasci e me criei aqui, tenho 62 anos, sou pescador, nós é esquecido aqui, porque nem escola pras criança estudar tem, a gente tem que ir andando para a escola mais perto que fica na outra vila”. Já a entrevistada 4 repassou que, “moro aqui desde que nasci, faço de tudo, sou dona de casa, artesã, cato marisco, tiro óleos, me viro. Aqui tudo falta, não tem escola pras nossas criança e se tu passar mal depois das seis horas da tarde, tu tem duas opções, contar que algum morador te leve pro hospital lá do centro de Bragança ou tu esperar a morte, porque aqui tudo é difícil, não tem água boa, é muito lixo espalhado” (Pesquisa de campo, 2022).

O atual cenário de fragilidade (infraestrutura, acesso a serviços públicos precários e/ou inexistentes), conforme Pereira *et al.* (2006, p. 134), apresenta problemas para os moradores:

Durante as marés de sizígia, principalmente as equinociais de sizígia, as águas do estuário do rio Caeté alagam mais de 70% da vila. Neste período os riscos de contrair doenças aumentam, por causa da escassez de infraestrutura, como por exemplo, dispersão de lixo por falta de coletores. O problema se agrava pela falta de serviços, como saneamento básico, limpeza pública periódica e água potável.

Essa realidade pode ser observada nas Fotografia 5a e b.

Fotografia 5 – Resíduos sólidos despejados no mangue e nas ruas da Vila dos Pescadores.



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Conforme apresentado, a Vila dos Pescadores tem sua história e memórias, sua comunidade tem uma rotina diária baseada na pesca, as casas dos moradores são de madeira (Fotografia 6a, b e c), existe um porto onde as embarcações ficam ancoradas, existe um grupo de mulheres catadoras de mariscos, mas que também são artesãs e extraem óleos (andiroba, óleo de bicho etc.), alguns espaços para lazer (campo de futebol, pracinha, praia e os igarapés).

Fotografia 6 – Situação das moradias da Vila dos Pescadores.



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No que tange ao turismo, atualmente a Vila tem uma pousada e um restaurante que recebe turistas e/ou visitantes durante o ano todo, fazendo com que aumente o fluxo de pessoas na comunidade.

6 REFLEXÕES ATRAVÉS DOS OLHARES DOS ATORES SOCIAIS

A seção apresenta os dados da pesquisa de campo e suas reflexões acerca de diferentes olhares e abordagens dos atores sociais envolvidos no contexto do desenvolvimento local.

6.1 REFLEXÕES ATRAVÉS DAS DISCUSSÕES REALIZADAS COM A COMUNIDADE

Conforme já mencionado a pesquisa de campo foi dividida em 4 etapas com a participação de vários atores sociais, mais precisamente nesta subseção são apresentadas as reflexões oriundas dos momentos compartilhados com a comunidade local da Vila dos Pescadores através de visitas, conversas e aplicação de questionários.

Na etapa 1, realizada no mês de novembro do ano de 2020, ocorreu a visita de campo com a realização de reunião (Fotografia 7a e b) que teve como objetivo apresentar o projeto de pesquisa, fazer o primeiro contato, conhecer alguns moradores e lideranças da Vila dos Pescadores, observar o espaço e executar o registro fotográfico.

Fotografia 7 – Reunião com a comunidade da Vila dos Pescadores.

a)



b)



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

É importante frisar a relevância dessa atividade no primeiro momento para que ocorra a reciprocidade da pesquisadora para com a comunidade, pois conforme já argumentado por Canto (2016), o território e conflitos são partes do mesmo processo e se materializam no espaço de vivência. Logo, é necessário apresentar suas propostas, mas mais necessário ainda é conhecer e ouvir a comunidade, pois ela faz parte na tomada de decisão para amenizar os conflitos. Nesse primeiro momento os moradores que estavam presentes demonstraram interesse pelo trabalho e fizeram algumas perguntas.

Já na etapa 2 no período de 26 a 28 de outubro de 2021 foi realizada pesquisa de campo, com intuito de aproximação dos atores a serem investigados. Assim, já no dia 26 de outubro de 2021, às 14h, ocorreu a reunião no Restaurante Kiall com a presença de quatro participantes da comunidade local. Foi realizada novamente a apresentação do projeto e logo depois a aplicação de questionário estruturado (Fotografia 8a e b).

Fotografia 8 – Reunião e aplicação de questionário com a comunidade local.

a)

b)



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

No que tange ao perfil socioeconômico, os respondentes moram na Vila há mais de 20 anos e com um grupo de três a quatro moradores por residência, a escolaridade aponta para o Ensino Fundamental Incompleto, tendo como ocupação principal a pesca, porém desenvolvem outras atividades como, catação de mariscos,

produção de artesanatos, serviços gerais e caseiros, sendo que a renda familiar é menor que um salário-mínimo.

Quando perguntado sobre conhecer os principais objetivos de uma UC, a comunidade de maneira geral informou que é preservar e conservar o meio ambiente. Segundo a entrevistada 5, moradora da vila, relata que: “Com a conservação do meio ambiente, mantemos nossa comunidade livre dos impactos ambientais, principalmente o mangue”.

Conforme relato da moradora 5 é perceptível o entendimento da comunidade sobre impactos ambientais e a preocupação dela com o espaço. Logo, há uma linha tênue entre a relação dos moradores com as leis ambientais, pois a comunidade em sua vivência e experiência tem noção dos problemas ocasionados pelo uso indevido dos recursos, porém eles não têm conhecimento da legalidade. Partindo dessa premissa, a Lei da Política Nacional de Educação ambiental instituída em 27 de abril de 1999 (Lei nº 9.795/1999), a qual dispõe sobre a educação ambiental, sua definição e como ela deve ser trabalhada pelo poder público, privado e a sociedade, visa exatamente em seu Art. 2º trabalhar a educação não formal, ou seja, levar conhecimento para além dos muros das instituições de ensino, o que se encaixa perfeitamente nesse cenário, pois é necessário que essa comunidade através dos órgãos competentes de gestão seja orientada, capacitada e elucidada sobre questões e situações que os rodeiam em seu cotidiano.

Quando perguntado aos moradores se eles têm conhecimento dos principais objetivos de uma Resex-Mar, eles sinalizaram positivamente e de maneira geral a proteção dos mangues, dos mares e dos peixes, conforme relata a entrevistada 6: “Eu nasci e me criei aqui, e desde que se tornou Resex-Mar, o principal objetivo dela é proteger os mangues da devastação, os mares da poluição para não acabar com os peixe tudo”.

Respondendo também que para eles houve mudança significativa após a criação e demarcação da área, pois aprenderam sobre controle e delimitação para pescar, diminuindo assim os impactos.

Para nós houve mudança boa, porque de alguma forma os impactos têm ocorrido menos depois do monitoramento da nossa vila, tem cuidado com a destruição que o povo faz, cuida do quantitativo de peixe que nós pode pescar e também a ajuda que nós recebe do governo no período de defeso ajuda nós a comprar o que nós precisa (Entrevistada 7).

Quando relacionado à pergunta sobre ter participado de alguma discussão em relação ao Plano de Manejo da Resex-Mar, muitos responderam não, por falta de comunicação do representante no Conselho Deliberativo. Na realidade percebeu-se a insatisfação de alguns moradores para com a representatividade e a maneira como fora feita, pois segundo a entrevistada 8, moradora da vila desde nascida, marisqueira e artesã relatou que:

A vila nunca escolheu ele, nunca vieram perguntar se a gente queria ele, nunca vieram perguntar se nós queria votar em alguém, quando nós viu já tava lá representando, mas nunca foi feito o certo. Nós nunca sabe de nada, porque ninguém fala nada, os líder decide só.

É importante salientar que nessa etapa foram realizados vários momentos com a comunidade, pois mesmo com reuniões agendadas, mobilizando a comunidade antecipadamente, não se obteve êxito em quantitativo. Assim, decidiu-se modificar a estratégia para coleta dos dados, o que ocorreu nos dias 27 e 28 de outubro de 2021 às 9h. Juntamente com uma moradora local, foram feitas atividades relevantes para conhecer a dinâmica do espaço e as pessoas e se ambientar com o local. Nessa atividade teve-se a oportunidade de interagir com mais moradores, visitar algumas casas aplicando questionário, ouvir e gravar relatos de experiências e vivências e fazer o registro fotográfico, conforme visualizado nas Fotografias 9a e b.

Fotografia 9 – Conversa e aplicação de questionário com a comunidade

a)



b)



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Dando continuidade as perguntas, foi questionado à comunidade sobre turismo, a importância para a Vila, quais as principais mudanças na vida deles. Em geral muitos acreditam que o turismo é importante, pois gera emprego e renda,

desenvolve o lugar social, cultural e economicamente e houve benefícios na vida de muitos moradores em razão do turismo conforme pode ser visualizado nos relatos de alguns moradores, como o entrevistado 9, morador e pescador que enfatiza:

O turismo é bom, muito bom, porque é fonte de renda pra comunidade é desenvolvimento, é uma boa oportunidade de alguém nos ver, porque eu acho que quando tem turista, o prefeito arruma aquele lugar para receber ele, e nós tá precisando de algumas coisas como água boa e posto de saúde para funcionar de noite. Tu já pensou se um turista passa mal aqui? Ele não vai ter cuidados. Então eu penso que com turista na nossa vila, essas coisa pode melhorar. Desde a chegada da pousada e do restaurante a nossa vila tem ficado movimentada, mudou bastante, é legal, porque muitos tão trabalhando, gerou emprego, traz dinheiro e a gente vende o peixe. Quero mais lá na frente além de continuar vendendo meu peixe pro restaurante e pra pousada, quero vender pro turista também, pra ele levar pra casa dele.

Em consonância com o relato acima, os impactos positivos ocasionados pelo turismo sustentável, segundo Dias (2003, p. 144) são:

[...] econômico, baixo impacto, valor agregado às áreas protegidas, promoção de melhoria do manejo nas áreas protegidas, influência positiva sobre as atividades educativas e científicas, geração de emprego e renda e favorecimento da conservação da biodiversidade.

Sendo assim, pode-se perceber que a comunidade é favorável ao turismo que vem ocorrendo na Vila e que ela já entende os benefícios que ele traz quando planejado de forma consciente e com o envolvimento de todos os atores sociais. Também é importante frisar que muitos moradores já estão atrelados ao turismo seja de forma direta, geração de empregos no restaurante e na pousada, condutores para os passeios nas trilhas e/ou de barcos, ou de forma indireta, comercialização de artesanato, pescados, mariscos, construção ou reparos nos empreendimentos turísticos etc.

Quando lançada a indagação sobre as ações dos órgãos públicos (federal, estadual e municipal), os entrevistados relataram que são poucas ações que proporciona algum benefício a eles, mas essas ações têm relação com a realidade da comunidade, as mais citadas foram, a coleta dos resíduos sólidos, a ponte que foi construída ligando as duas vilas (Pescadores e Bonifácio), a energia elétrica e os subsídios para o pescador. Porém, quando perguntado sobre as ações que seriam importantes desenvolver para diminuir os problemas da Vila, foi unânime a questão da água potável, melhorias no posto de saúde (ambulância 24h e aumentar o quantitativo de médicos) e a construção de uma escola para as crianças. Conforme o entrevistado 10 relatou:

Somos esquecido por todos os órgãos do poder público, ninguém lembra mais de nós, estamos precisando de infraestrutura, saneamento básico e não temos, eles só vem aqui quando é época de eleição, aí promete um monte de coisa, mas não faz nada. Não temos ambulância no posto de saúde, não temos uma escola nessa vila pras criança estudar.

E para finalizar as perguntas com a comunidade foi questionado sobre a atuação dela na gestão do espaço.

Para o entrevistado 11, morador da Vila:

A comunidade não é atuante, não quer se envolver em nada, veja só, a senhora está aqui tem 3 dias, marcou reunião, apareceu alguém? Somente 4 a 6 pessoas. Toda vez é isso, quando precisamos reunir para decidir a nosso favor ninguém quer participar, ninguém se interessa.

Já a entrevistada 12, relatou:

Não somos atuantes, porque as informação não chegam em nós, eles decide tudo só, somente em benefício próprio, a gente nunca sabe de nada. Primeiro que houve uma auto eleição lá sem o conhecimento da comunidade, não sabemo de nada, não é informada sobre ações, não é informado nada.

Conforme já apresentado no referencial teórico, o cerne da gestão social é a relação entre os atores envolvidos no processo democrático, os quais participam e estão engajados na tomada de decisão que afetam o coletivo. Segundo os apontamentos de Tenório (2002), a gestão social privilegia a dimensão dialógica e relacional da gestão em espaços nos quais os atores compartilham o direito à fala e o direito de participar na tomada de decisão que afetam a vida nas comunidades e territórios, mas cabe aqui ressaltar que, o processo de gestão também é político.

Logo, é evidente que a comunidade da Vila não atua na gestão do espaço, não participa da tomada de decisão e fica a mercê das informações, pois somente um pequeno grupo toma as decisões em benefício próprio.

É importante ressaltar que também na etapa 3 a pesquisadora esteve na Vila fazendo levantamento de dados, reuniões e aplicações de questionários, conforme visualizado nas Fotografias 10a e b.

Fotografia 10 – Conversa e aplicação de questionário com a comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Pode-se observar através dos relatos e conversas com a comunidade que a mesma tem o entendimento sobre proteção e preservação de áreas protegidas, mas não entende de sua legalidade, assim sendo sentem-se perdidos quando precisam de alguma melhoria ou reparos na vila não sabendo como proceder ou até mesmo a quem recorrer por parte do poder público. Enxergam o turismo de forma benéfica para a vila e como o mesmo gera impactos positivos e vislumbram melhorias na vila através dele, pois desde a chegada dos empreendimentos turísticos a vila já recebeu alguns benefícios, como pode ser visualizado na próxima subseção.

6.2 REFLEXÕES SOBRE O OLHAR DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

No que concerne a etapa 2 é importante mencionar que foram feitas também entrevistas estruturadas com as empresas particulares associadas ao turismo no mês de outubro de 2021.

A entrevista ocorreu com a proprietária dos empreendimentos turísticos (pousada e restaurante) localizados na Vila dos Pescadores (Fotografia 11). Os estabelecimentos existem há dois anos e são todos construídos em madeira, atendendo as normas estabelecidas no Plano de Manejo da Resex-Mar Caeté-Taperaçu e possui Plano de Mitigação. A pousada possui 11 apartamentos e 50 leitos, todos contendo ar-condicionado, banheiro, mobília e café da manhã; tem em seu quadro de funcionários dez colaboradores fixos e quatro indiretos (são chamados na alta temporada). Já o restaurante possui capacidade para 70 pessoas e seu quadro de funcionários está dividido em cinco colaboradoras (garçonetes). A

proprietária é Técnica em Hospedagem pelo Instituto Federal do Pará (IFPA), Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e tem Pós-graduação em Administração e Especialização em Empreendedorismo e Negócios Turísticos.

Fotografia 11 – Entrevista com a proprietária dos empreendimentos turísticos



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A entrevista ocorreu em sua residência em Bragança, pois a mesma não estava nos empreendimentos no período de visita de campo da pesquisadora. Conforme o roteiro de entrevista foi perguntado a ela sobre seus conhecimentos no que tange uma UC e seus principais objetivos, assim como sobre Resex-Mar. A empreendedora repassou que as UC têm como principal objetivo salvaguardar o meio ambiente e garantir às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais, conforme seu relato:

Uma UC é importante para cuidar do meio ambiente, para preservar a fauna e a flora e propiciam o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis para as populações que vivem nesses espaços. Como é o caso da Resex-Mar que tem como principal objetivo proteger os meios de vida e a cultura tradicional da população. Você percebe muito bem que desde que foi criada e demarcada a área da Resex-Mar Caeté-Taperaçu houve mudança significativa para os moradores da Vila dos Pescadores, porque a maioria é pescador, assim sendo ocorreu uma organização do manejo de pesca.

Reafirmando a fala da empreendedora é importante trazer para discussão a definição de UC apresentada pelo SNUC no Art. 2º, o qual define Unidade de Conservação sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

E os objetivos de uma Resex-Mar, expostos por Silva (2018), a Reserva Extrativista Marinha (REM) veio como subcategoria das RESEX e tão parecida quanto, ela surgiu da necessidade de proteção socioambiental de seus territórios, uma vez que, as propostas de criação de REM surgiram a partir de conflitos entre caranguejeiros na Amazônia. Vale ressaltar que, um dos maiores problemas ocorridos no entorno das REM é a exclusão por setores economicamente mais fortes como o turismo e a especulação imobiliária.

Vale ressaltar que a proprietária dos empreendimentos turísticos mencionou que sempre participa de reuniões com o ICMBio para discutir assuntos relacionados ao Plano de Manejo da Resex-Mar e sobre turismo.

Aproveitando o ensejo da colocação da empreendedora sobre as discussões de turismo com o ICMBio, foi perguntado se ela acha o turismo importante para Vila dos Pescadores. E conforme se pode observar em seu relato:

Sim, o turismo é importante para a vila, porque além de ser fonte de renda para os moradores, ele proporciona organização, crescimento e conhecimento para ambos os envolvidos. Posso te dar como exemplo a questão do lixo na vila, antes dos empreendimentos era muito rara a coleta de lixo, ficava por dias, às vezes por semana, depois que chegamos, fizemos algumas reclamações, procuramos os órgãos competentes e hoje em dia o caminhão da coleta passa três vezes na semana, ou seja, a vila desde 2019 tem uma visita frequente de visitantes que vão se hospedar e desfrutar de seus atrativos. Então, isso é bom, porque antes de um lugar ser bom para o turista, tem que ser bom para o morador.

A empreendedora por ser formada em turismo consegue vislumbrar os impactos positivos que o mesmo ocasiona quando planejado adequadamente, coadunando com os apontamentos de Neiman (2010, p. 31) que afirma que o turismo sustentável “[...] pode ser uma alternativa de desenvolvimento sustentável desde que haja geração de renda às populações envolvidas, pois isso diminuiria a exploração dos recursos florestais e geraria mais receita para a administração das áreas”.

Relacionando também com a PNT (BRASIL, 2008). em seu art. 5º, o qual apresenta seus objetivos, ressaltando os incisos VI e VIII de promover e estimular a prática do turismo sustentável em seus territórios e nas áreas naturais.

Logo, é notório o conhecimento e o entendimento que a empreendedora tem sobre o assunto e principalmente o cuidado em todas as suas atividades desenvolvidas em seus empreendimentos para que tenha o mínimo de impacto ao meio ambiente.

Quando perguntado sobre ações que você considera importante serem desenvolvidas com a comunidade para diminuir os problemas na Vila, a empreendedora respondeu que a comunidade é carente e precisa de atenção do poder público:

A vila tem muitos problemas como a questão da água que é ruim, a falta de uma escola para as crianças, o posto de saúde que precisa ser reestruturado e várias outras situações. Quando se fala em ações com a comunidade para diminuir os problemas na vila, seria importante fazer cursos de reciclagem, capacitação, palestras educativas para as mulheres relacionadas à saúde, cursos para as crianças relacionados com a educação ambiental, atividades que ocupem o tempo ocioso dos jovens.

Ressalta ainda que durante a entrevista a empreendedora relatou que tenta inserir a comunidade de todas as formas no que tange o turismo, seja de forma direta ou indireta e até desenvolve ações em benefício do desenvolvimento local.

De forma direta como já mencionado, em seus empreendimentos é absorvida a mão de obra local, gerando, assim, emprego à comunidade principalmente às mulheres. De maneira indireta, foi relatado que seu cardápio é sazonal, ou seja, só trabalha com o pescado da época e só compra com os pescadores da Vila, assim como os mariscos. Toda e qualquer reforma feita nos estabelecimentos é contratado trabalhador da Vila e os passeios realizados são feitos pelos barqueiros também da Vila. É importante mencionar que desenvolve várias ações com os moradores como cursos de artesanatos, palestras educacionais, oficinas, todas em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), realiza mutirões de limpeza na praia e no mangue, executa ações beneficentes arrecadando cestas básicas, material escolar para as crianças, assistência odontológica, projeto de castração de cães e gatos da Vila e o mais novo projeto o qual é a biblioteca infantil para incentivar o hábito da leitura para as crianças, tudo isso em parceria com vários outros empreendimentos, amigos, clientes e organizações não governamentais.

É interessante mencionar o papel da empresa particular nesse contexto, pois enquanto ator social necessita pensar no meio ambiente e seus recursos naturais e na comunidade a qual está inserida, pois precisa ter uma relação harmônica com os moradores e os mesmos precisam se sentir pertencentes ao processo e ao cenário do turismo, pois só assim irão vislumbrar os impactos positivos que o mesmo ocasiona.

6.3 REFLEXÕES SOBRE O OLHAR DO PODER PÚBLICO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Conforme já mencionado na etapa 3 foram realizadas no período de 12 a 17 de novembro de 2022 entrevistas com o poder público em âmbito federal e municipal como, ICMBIO e a Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de Bragança para entender como se dá a integralização dos órgãos competentes para a gestão e as ações que são desenvolvidas na Resex-Mar Caeté-Taperaçu mais precisamente na Vila dos Pescadores. Ressalta-se que a pesquisadora tentou por várias vezes marcar com a SEMMA, mas não obteve retorno, pois houve incompatibilidade de agendas.

As entrevistas com o poder público ocorreram em momentos diferentes, sendo que no dia 15 de novembro de 2022, às 09h30min., ocorreu a entrevista no formato *on line* com a Diretora Municipal de Turismo do Município de Bragança, a qual é vinculada a Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo. E no dia 13 de dezembro de 2022, às 08h:15min. ocorreu a entrevista também no formato *on line* com o Gestor da Resex-Mar Caeté-Taperaçu.

A diretora é Bacharel em Turismo e atua nesse órgão desde 2012 desenvolvendo atividades como gestão pública, captação de recursos através de editais, ordenamento do município, articula ações com a iniciativa particular, planejamento dos eventos junto com a Secretaria de Cultura, articulação e elaboração de pesquisas turísticas (Plano Diretor, Inventariação Turística), planejamento e oferta de qualificações para o trade turístico em parceria com o SEBRAE e Secretaria de Turismo do Estado do Pará (SETUR). A diretora relatou que a Secretaria não tem recurso próprio e existe no seu quadro de funcionários 4 turismólogos. Já o gestor da Resex-Mar é Bacharel em Direito com Especialização em Gestão Ambiental e Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas, ele atua na

mesma há quatro anos, porém é funcionário da instituição há 20 anos entre IBAMA e ICMBio. É importante ressaltar que desde 2018 ele vem gerindo o Núcleo de Gestão Integrada, o qual é composto por quatro Resex-Mar localizadas nos municípios de Viseu, Bragança, Tracuateua e Augusto Corrêa com uma área total de 206 mil hectares de área de manguezal e marinha. Ele desenvolve atividades relacionadas à fiscalização, interfaces com outras autoridades e conselhos, gestão e coordenação de trabalhos de outras áreas (proteção, uso público, monitoramento, programa de voluntariado para trabalhar o monitoramento da área de mangue) e muitas outras ações. O gestor comentou que existe no quadro funcional sete funcionários atualmente e dez voluntários.

Conforme o roteiro de entrevista foi perguntado a eles sobre seus conhecimentos no que tange uma UC e seus principais objetivos, assim como sobre Resex-Mar. Percebeu-se que mesmo não sendo da área ambiental a diretora expressou de forma coerente quando relata que “Conseguir preservar uma área de grande bioma respeitando a comunidade que vive nessa área para viver harmonicamente. No que diz respeito à Resex-Mar é a preocupação com a conservação das espécies e a preservação do espaço”.

Já o gestor da Resex-Mar Caeté-Taperaçu explanou que “A nossa Resex tem como principal objetivo conciliar o uso sustentável de recursos naturais e ao mesmo tempo garantir o meio de vida das comunidades tradicionais, fortalecendo assim o uso equilibrado”.

Quando perguntado sobre mudanças significativas para os moradores da Vila dos Pescadores após a criação e demarcação da área da Resex-Mar a diretora não soube opinar, pois como relatou:

Como não participei do processo, fica difícil comparar essa questão, porém através de relatos que ouço, a comunidade tornou-se vigilante, fiscalizadores um dos outros. E sobre o Plano de Manejo da Resex-Mar participei de uma reunião no final da construção do plano, é bom ressaltar que as secretarias de Cultura e de Turismo não têm representatividade no Conselho Gestor da Resex-Mar. Logo, não tenho conhecimento das ações do Plano de Manejo, não sei quem são os integrantes do Conselho Gestor e nem a sua atuação.

Mas o gestor da Resex-Mar informou que:

Tiveram muitos benefícios, a Resex é assemelhada ao assentamento, ou seja, ao Incra, trazendo assim recursos para construção de casas, ruas. Dá uma instância à essas populações recorrerem. Na Vila dos Pescadores dá visibilidade através de projetos como o da Natura. Sobre o Plano de Manejo da Resex, quando cheguei aqui ele já estava publicado, mas vamos tentar atualizar esse plano, principalmente no que tange o zoneamento, porque o

atual tem um viés conservacionista pouco acessível, como exemplo o Rio Caeté que existe desde o início do município de Bragança, é navegável, muitas embarcações navegam por ele, porém o zoneamento restringiu muito o uso do rio.

Trazendo à luz para a discussão os apontamentos de Milano (2000) que explica sobre Resex e como se dá o processo de gestão através dos instrumentos de planejamento, onde um desses instrumentos é o Plano de Manejo, o qual deve apresentar as normativas de usabilidade, o zoneamento de áreas e os programas de sustentabilidade. Logo, percebeu-se na fala de ambos que não tiveram participação nas discussões sobre o Plano de Manejo da Resex-Mar, pois eles não moravam no Município, porém o gestor dela relata a importância de atualização, porque já ocorreram mudanças e já existem outros problemas e conflitos, principalmente no viés do zoneamento, para que de alguma maneira possam mediar os conflitos.

Ainda relacionado ao Plano de Manejo da Resex-Mar foi questionado sobre as ações desenvolvidas através dele, e o gestor repassou que:

Várias frentes vêm sendo feitas, o plano de manejo tem várias frentes, desde o uso sustentável. Atualmente a gente vem trabalhando nessa frente de uso público sustentável através da Trilha Amazônica Atlântica, ação desenvolvida pela sociedade civil com a parceria do ICMBio para demarcar, sinalizar, manter e cuidar das trilhas. A trilha começa no Parque do Utinga passando pelos municípios da linha do trem e por diversas comunidades. Essa trilha passa por dentro das comunidades, então a pessoa que gosta de fazer trilha ela vai dormir em uma comunidade, almoçar em outra comunidade, consertar a bicicleta dela, tudo isso gera renda, tem comunidades que já têm produtos da trilha (canecas, camisetas, etc), e essa trilha passa por áreas naturais e quanto mais UC estiver incluída na trilha é melhor, ela termina no alto da Serra do Piriá, localizada dentro da última Resex em Viseu. A trilha não passa na Vila dos Pescadores, mas cada pedaço dela você pode perceber que tem a sinalização indicando e informando sobre as comunidades e seus atrativos.

É notório através do relato do gestor que o ICMBio já vislumbra e incentiva o turismo sustentável oriundo das ações desenvolvidas pelo plano de manejo e como essas ações veem beneficiando as comunidades que estão direta ou indiretamente ligadas a elas.

Paralelo ao plano de manejo existe outro instrumento de gestão de suma importância, o qual é o Conselho Gestor, pois o mesmo direciona, informa e participa das reuniões, discussões e tomada de decisões. Na Resex-Mar Caeté-Taperaçu, o Conselho Gestor é deliberativo e possui as representatividades dos atores sociais envolvidos, conforme o relato do gestor:

As comunidades estão divididas em polos, existe a associação das comunidades, as universidades, a secretaria de meio ambiente. Os

conselhos têm que manter a paridade, cinquenta por cento sociedade civil e cinquenta por cento de órgão públicos. No que tange a atuação do conselho, ele era bem atuante, porém com a chegada da pandemia parou, estamos retomando aos poucos as reuniões e algumas comunidades inclusive estão se organizando para eleição de novos conselheiros. A gente detectou que algumas comunidades passado esses dois anos já não reconhecem muito a legitimidade do representante antigo, dizendo que eles não se envolvem mais, ou seja, estão em processo de eleição. E a ideia é que janeiro ou fevereiro a gente retome as reuniões do conselho, Na Vila dos Pescadores o pessoal ainda considera muito a autoridade do seu Lazaro, provavelmente ele vai ser mantido.

As perguntas relacionadas ao Plano de Manejo e Conselho Gestor somente o gestor da Resex-Mar respondeu, pois trabalha diretamente na gestão. A diretora de turismo repassou que não tem informação nenhuma relacionada à Resex-Mar e as comunidades atreladas a ela, e que também a Secretaria de Turismo não tem representatividade no Conselho Gestor.

Assim sendo, a pesquisadora em entrevista com o gestor sugeriu aproveitar o ensejo de atualização do Plano de Manejo e a retomada das atividades do Conselho para colocar em pauta essa representatividade, a qual é de suma importância, uma vez que, o turismo vem sendo desenvolvido e trabalhado na Resex-Mar e nas comunidades.

Quando questionada sobre turismo, sua importância, seus benefícios e seus projetos para a Vila dos Pescadores, a Diretora de Turismo menciona que:

O turismo é um fenômeno social envolvendo trocas e respeitando o meio ambiente e comunidades, ele é importante sim para a vila, pois gera emprego e renda para a comunidade e visibilidade para as melhorias no local, principalmente agora com a visibilidade e visitação frequente por visitantes e turistas lá. Mesmo sabendo da importância e benefícios a secretaria não tem projetos elaborados e/ou relacionados para o desenvolvimento do turismo na vila, infelizmente.

Para o Gestor da Resex-Mar as questões sobre o turismo e sua importância estão relacionadas à atividade de visitação e geração de renda:

Pra mim turismo é uma atividade de visitação, atividade de conhecer novos lugares e a importância é grande, porque gera renda, ajuda na proteção do lugar quando bem feito, porque o turista consciente se ele ver alguma coisa errada ele vai procurar os órgãos para denunciar, multiplicando nossos olhos nas áreas visitadas. Para a Vila dos Pescadores é muito bom, porque ajuda com uma renda a mais e a comunidade é favorável e se envolve nas questões do turismo lá, mas mesmo assim não temos projetos elaborados para o desenvolvimento do turismo na vila.

O gestor também informou que com a chegada dos empreendimentos turísticos na Vila dos Pescadores a comunidade se beneficiou mesmo com alguns contratempos no início do processo:

A visitação na vila vem crescendo de uns três anos pra cá, sempre teve uma visitação dos parentes de quem mora lá, mas de turismo fora da cidade eu acho que tem crescido a partir da instalação da pousada. A pousada inclusive não começou assim muito bem, ela foi instalada sem autorização, recebendo a multa por instalar o empreendimento. A partir daí começou o processo de regularização, a comunidade se envolveu muito, o que resultou na reunião do conselho e por unanimidade o conselho emitiu a resolução a favor da instalação da pousada. O ICMBio ficou com a responsabilidade de estabelecer as condicionantes para a pousada, a questão da construção, dimensão do empreendimento de acordo com a comunidade, os passeios, tudo isso a gente vai monitorando. A pousada apresentou o plano de mitigação discutido com o conselho.

Com isso, pode-se perceber a importância do papel do ICMBio como órgão gestor, a responsabilidade de fiscalizar, desenvolver as ações e inserir a comunidade nesse processo, mostrando como a gestão social participativa é trabalhada. Coadunando nessa perspectiva, Vasconcellos Sobrinho e Teixeira (2017) relatam que a gestão social do desenvolvimento atende os anseios da maioria que fazem parte do cenário, gerando assim gestão participativa do e para o desenvolvimento. Ficando assim bem esclarecido como se deu o processo de instalação do empreendimento turístico e o papel da comunidade com sua voz e voto na tomada de decisões.

Vale ressaltar que a diretora informou que existem políticas públicas relacionadas ao turismo no município de Bragança, porém ainda é embrionária, principalmente no que tange beneficiar as comunidades, conforme destacou em seu relato:

Sim, existem políticas públicas voltadas para o turismo em Bragança, como por exemplo, a criação da Secretaria de Turismo em 1988 vinculada a Secretaria de Cultura, só depois que foi desmembrada, também tivemos a criação do Conselho Municipal de Turismo e o Plano Municipal de Turismo que foi concluído esse ano. Mas mesmo assim ainda é incipiente, principalmente para as comunidades.

Mas o gestor da Resex-Mar expõe:

O ICMBio é um órgão eminentemente de conservação, é um órgão ambiental eminentemente, a gente apoia projetos de desenvolvimento, mas não somos vetores de desenvolvimento. Por exemplo, quando sai um edital com recursos para projetos de turismo, a gente não pode concorrer diretamente, o que podemos fazer por ser uma autarquia federal é repassar para as associações, pessoas interessadas, os particulares. Pra gente no geral para induzir uma atividade lá, a gente não tem perna pra isso, a gente não tem pessoal pra isso, talvez a gente nem tem o *know how* para gerir segmentos do turismo. Então assim, a gente apoia no que pode, mas pelo fato de ser um órgão eminentemente ambiental não temos nenhuma política voltada para geração de turismo. Não tem projetos específico para a vila, a gente apoia o que vai surgindo.

Em relação às perguntas sobre possíveis problemas na vila e quais ações devem ser desenvolvidas para diminuir os mesmos. A Diretora de Turismo repassou que:

Sim, existem problemas sim, como em qualquer outra comunidade, o que eu vejo que é mais comum lá são problemas com as drogas, no caso o alcoolismo e com a questão do lixo. E para diminuir esses problemas seria interessante desenvolver cursos de qualificação sobre educação ambiental, empreendedorismo, turismo e palestras e acompanhamentos relacionados ao alcoolismo.

Já o Gestor da Resex-Mar destacou:

Sim, existem, a própria pesca, ela precisa ser regulada, porque existem alguns conflitos de pesca lá na vila, existe a questão do lixo também, uma parte acaba sendo descartada pelos próprios moradores e outra parte chega pela maré, então tem uma parte muito significativa de lixo que vem com a maré por conta da posição geográfica, as correntes que jogam, e na maré alta a gente vê uma quantidade de lixo enorme. Então, embora a gente tente articular com prefeitura, não conseguimos conter, porque o volume de lixo é muito alto. E claro, é uma comunidade carente, grande parte tem seus problemas de acesso à saúde, educação, mas que são coisas que estão muito fora da nossa ossada.

No que se refere às questões relacionadas às ações executadas e integradas entre os órgãos do poder público em benefício do desenvolvimento local e da comunidade, a Diretora de Turismo foi bem enfática quando respondeu que:

A Secretaria de Turismo não desenvolve ações em benefício do desenvolvimento local da Vila dos Pescadores, mas desenvolve ações que beneficiam os moradores, como a participação dos mesmos em alguns eventos para divulgação dos produtos da comunidade e as qualificações. Algumas propostas de recursos federais (MTur) beneficiaram a vila como o acesso a mesma e a praia. Sobre as ações integradas entre os órgãos, existe a parceria, mas não tem ações específicas para a comunidade, pois encontramos grandes dificuldades na logística de transporte e apoio de materiais. E para diminuir os problemas da vila seria interessante que houvessem sensibilizações sobre educação ambiental, educação patrimonial, trabalhar o espírito de associativismo e cooperativismo para os moradores. Na realidade tenho vontade de fazer mais coisas, mas fico engessada, porque existe toda uma situação na gestão pública que não compete a mim.

Já o Gestor da Resex-Mar pontou:

As ações de educação e conscientização ambiental deveriam ser desenvolvidas com os moradores para diminuir alguns problemas da comunidade como a questão do lixo. A própria pousada tem sido uma parceira porque desenvolve lá algumas atividades nesse sentido. O próprio projeto da Natura Ajiru tem gerado certa consciência, tem trabalhado com algumas mulheres, famílias coletoras, aos poucos caminhar nisso, fortalecer a questão da consciência ambiental. E o ICMBio tem participado na gestão de alguns conflitos, na questão da proteção contra o desmatamento, isso é algo que estamos sempre lá. Existem ações integradas entre instituições, existe um projeto junto com a Universidade e a Secretaria de Meio Ambiente chamado Curral de Pesca, atua na vila e em toda área de Resex-

Mar, fazendo um levantamento dessa arte de pesca que é milenar, mas a intenção do projeto é propor uma espécie de curral que seja menos nocivo e que faça o aproveitamento máximo das espécies sem matar os alevinos, sem fazer a pesca predatória. Além desse tem o Clean Up Day, um dia de conscientização, mas não só de reuniões e palestras, mas também de ir lá e pegar o lixo mesmo, catar. A questão da água potável que é algo que melhorou muito na praia e na estrada abastecida pela gestão pública municipal. Colocação de lixeiras ao longo da estrada, da praia placas de sinalização, de uma certa forma tem projetos em parceria acontecendo. Mediação na gestão de conflitos (ocupação irregular, pesca e turismo).

Após esses relatos pode-se perceber que existe uma integralização entre alguns órgãos, porém a Secretaria de Turismo e o ICMBio não tem nenhuma proximidade, cada instituição desenvolve suas atividades separadas, não há uma interconexão mesmo o turismo sendo uma realidade constante na Resex-Mar e na Vila dos Pescadores.

6.4 REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA VILA DOS PESCADORES

Como reflexão para contribuir para a gestão do turismo sustentável na Vila dos Pescadores na RESEX-Mar Caeté-Taperaçu em Bragança/PA, apresenta-se os anseios e constatações resultantes da pesquisa, como forma de evidenciar possíveis ações junto à comunidade estudada.

Atualmente vem ocorrendo na Vila dos Pescadores um intenso fluxo de visitantes que estão usufruindo dos atrativos naturais e culturais, ocasionando assim impactos à comunidade. Logo, partindo dessa premissa é necessário que haja um planejamento responsável de forma participativa para que essa comunidade e o meio o qual ela está inserida possa se desenvolver de forma sustentável para as futuras gerações, em prol dos objetivos da UC e da comunidade.

Nesse sentido, foi produzida em instâncias acadêmicas, uma nota técnica (Apêndice G), como resultado de pesquisa de mestrado.

Portanto, com base nos resultados constatados na referida pesquisa, sugere-se que os respectivos apontamentos sejam avaliados, com vistas a contribuir para a melhoria da comunidade da Vila dos Pescadores, a saber:

- a) Fortalecer a capacidade institucional do ICMBio, aumentando a equipe técnica, com atribuições exclusivas para análise do turismo sustentável;

- b) Investir na infraestrutura de tecnologia da informação, fomentando a capacidade dos técnicos;
- c) Desenvolver ações e/ou projetos relacionadas ao turismo na Vila dos Pescadores para fortalecer o desenvolvimento local;
- d) Desenvolver ações e/ou projetos de educação ambiental na Vila dos Pescadores para sensibilizar e conscientizar a comunidade;
- e) Fortalecer as parcerias já existentes entre órgãos do poder público em prol da educação ambiental;
- f) Criar e estreitar novas parcerias entre o ICMBio e a Secretaria Municipal de Turismo em prol do turismo sustentável;
- g) Rever a formação da representatividade do Conselho Gestor da Resex-Mar Caeté-Taperaçu;
- h) Acrescentar ao Conselho Gestor da Resex-Mar Caeté-Taperaçu a representatividade da Secretaria Municipal de Turismo;
- i) Promover cursos de qualificação para a comunidade da Vila dos Pescadores;
- j) Fortalecer a gestão social participativa na Vila dos Pescadores;
- k) Sanar o problema de abastecimento de água na Vila dos Pescadores;
- l) Construir uma escola de ensino infantil para as crianças na Vila dos Pescadores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação do ser humano com os recursos naturais sempre teve uma proximidade para satisfazer suas necessidades, sejam elas econômica, social ou política. Mas, conforme o uso desenfreado desses recursos naturais percebeu-se a necessidade de se debater e criar mecanismos para proteger os mesmos.

Assim sendo, as UC são criadas em razão da conservação dos recursos naturais, objetivando minimizar e/ou mitigar os mais diversos impactos ocasionados pelo ser humano nessas áreas.

Paralelamente à criação das UC, o turismo sustentável vem sendo fomentado e muito difundido nesses espaços como alternativa de inserção da comunidade que se encontra nessas áreas, para isso é importante analisar como o turismo vem sendo abordado nesses espaços.

Observando o cenário da Vila dos Pescadores, a pesquisa teve como interesse social contribuir para com a comunidade da mesma, pois ela tem um papel de suma importância na elaboração e na implantação de projetos de desenvolvimento local através do fomento do turismo, por via da participação, uma vez que ela é a detentora de conhecimento sobre a sua realidade, o seu cotidiano, a sua necessidade e os seus anseios, perpassando pelas várias fases do processo de participação, as quais têm que ficar bem definidas, esclarecidas e compreendidas para que a comunidade se sinta pertencente ao processo, desencadeando benefícios para a mesma e para a UC.

Conforme pesquisa de campo pode-se perceber que a comunidade é carente, vive com uma renda menor que um salário mínimo, tem ensino fundamental incompleto, são moradores da vila há mais de 20 anos e vivem da pesca. Em relação aos objetivos de uma UC e Resex-Mar, eles têm um entendimento sobre os assuntos, convivem com essa realidade diariamente e vão se adequando as normas, porém se ressentem por não se sentirem representados no Conselho Gestor Deliberativo da Resex-Mar, pois nunca participaram de votação para eleger seu representante, já só foram informados dessa representatividade e ainda relataram que as informações não chegam a eles e os atuais líderes só pensam em benefício próprio, o que não condiz com a gestão participativa, pois seu cerne é a comunidade ter voz e vez na tomada de decisões.

No que tange o turismo a comunidade enxerga como algo benéfico para vila e muitos deles, principalmente as mulheres trabalham no setor gerando assim uma renda a mais para a família, porém a comunidade necessita de condições adequadas de infraestrutura para receber visitantes e/ou turistas, pois ela enfrenta grandes problemas relacionados à saúde, à educação e ao meio ambiente, sendo unânimes as reclamações e descontento com os órgãos públicos.

Logo, vale salientar que através do turismo ela vê uma oportunidade de mudanças e benefícios, porque a vila precisa está estruturada para a comunidade para assim receber o turista, pois o planejamento é realizado baseado nos anseios sociais, na necessidade de pensar, analisar, desenvolver e controlar algo, tendo em mente o controle em longo prazo para que seja possível elaborar soluções e novas estratégias sempre tentando se antecipar aos fatos, mas sempre pensando no bem estar da comunidade para depois atender os demais.

O crescimento descontrolado das grandes cidades vem atraindo a atenção a grande falta de planejamento por parte do poder público que não previu esse acontecimento, não se preparou, e continua a ignorar essa nova realidade em que os meios urbanos se encontram. A crescente falta de planejamento é perceptível em diversos aspectos sociais do cotidiano das cidades, como a falta de infraestrutura, segurança, saúde, educação e lazer.

Pensando e visualizando esse cenário e a atividade turística que já vem se desenvolvendo na Vila, é importante que ocorra o planejamento do turismo, pois a comunidade relatou algumas prioridades como forma de amenizar os problemas enfrentados no cotidiano, Assim sendo, o planejamento do turismo perpassa pela estruturação da vila através de melhorias como, o acesso à vila (reforma da ponte e circulação do transporte público) e às ruas principalmente no inverno, a reorganização do posto de saúde (ambulância, médicos e atendimento 24h), o abastecimento e fornecimento de água, a realização de cursos de capacitação na área ambiental, na área do turismo, na área da saúde e na área do empreendedorismo e cursos e atividades recreativas para crianças e jovens.

É importante frisar que a pesquisadora teve uma enorme dificuldade em coletar dados, pois a comunidade não se mostrou interessada e vários dos entrevistados relataram que é muito difícil os moradores participarem de algo, porque ela não se vê atuante e/ou participante na gestão, pois poucos moradores se envolvem em alguma questão que interessa ao coletivo.

Também se pode associar essa falta de interesse pelo atual cenário político social e econômico que o país vem enfrentando, pois a sociedade está segmentada, individualista e até mesmo fragilizada. Mas também fica claro através dos relatos dos entrevistados o desencontro ou até mesmo a falta de informação oriundas dos representantes no Conselho Gestor e do poder público.

Como ponto positivo os empreendimentos turísticos existentes na vila atualmente desenvolvem um trabalho pautado na ética e na responsabilidade social e ambiental. Trabalham conforme as leis e normas ambientais, absorvem a mão de obra local e compram produtos direto com os pescadores da vila, além de desenvolver várias atividades em benefício da comunidade (cursos, capacitações, campanhas beneficentes etc.). Mas tudo isso é desenvolvido em parceria com outros empreendimentos e até mesmo com clientes, assim sendo não existem ações conjuntas entre essas empresas e o poder público.

Na realidade, no que tange o poder público municipal, o mesmo sabe dos problemas existentes na vila, sabe da importância da execução de ações em benefício da comunidade para minimizar esses problemas, mas não desenvolve nenhuma atividade e nem tem parcerias ou ações integradas com outros órgãos ou secretarias.

Quanto ao poder público federal, o órgão dentro de suas competências desenvolve suas atividades em apoio ao desenvolvimento sustentável e tenta mediar e gerir os mais diversos conflitos existentes, mas muitas das ações esbarram em falta de contingente, ou falta de material, ou falta de recursos, ou até mesmo a burocracia do serviço público, assim sendo engessando o gestor. É perceptível que algumas ações desenvolvidas têm parcerias da sociedade civil e de algumas secretarias municipais, como é o caso da Secretaria de Meio Ambiente.

Mas é necessário que haja uma integralização entre Secretaria Municipal de Turismo e o ICMBio, uma vez que, o turismo é desenvolvido na Resex-Mar, mais precisamente na Vila dos Pescadores, existem ações, projetos relacionados ao turismo, mas cada órgão trabalhando de forma independente. Como sugestão a Secretaria Municipal de Turismo precisa ter representatividade no Conselho Gestor da Resex-Mar, para então estreitar os laços e trabalharem em prol do desenvolvimento local.

É importante salientar que mesmo com os problemas e conflitos existentes na Vila dos Pescadores percebe-se que a comunidade é favorável ao turismo que já

vem se desenvolvendo e está inserida no processo, pois as empresas particulares desenvolvem um trabalho diferenciado absorvendo e incluindo-a no cenário, além de ter voz e voto na tomada de decisão relacionado a esse turismo, pois o ICMBio está pautado e vem trabalhando a gestão social participativa. Assim sendo a vila precisa de um direcionamento e trabalho integrado entre o poder público para desenvolver o turismo sustentável ocasionando os impactos positivos (social, ambiental, econômico e cultural).

Portanto, a Vila dos Pescadores necessita de um planejamento responsável de forma participativa para que essa comunidade e o meio o qual ela está inserida possa se desenvolver de forma sustentável para as futuras gerações, uma vez que, gestão e participação social tem como cerne a inclusão dos desejos e aspirações dos atores sociais afetados pela ação pública em prol dos objetivos da UC e da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, G.; SARAIVA, N.; WESLEY, F. **Plano de manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - volume I - Diagnóstico da unidade de conservação**. Brasília: ICMBio, 2012.
- ANTONI, R; FOFONKA, L. Impactos ambientais negativos na sociedade contemporânea. **Revista Educação Ambiental em Ação**, [S. l.], v. 12, n. 45, [s. p], 2018.
- ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BARBOSA, H. D, D. A. O turismo nas terras de Makunaima: parques transfronteiriços da Pan-Amazônia e o turismo. *In*: CRUZ, S. H. R.; SIQUEIRA MENDES, F. L. D. **Turismo: gestão e desenvolvimento na Pan-Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2021. p. 110-139.
- BARDET, G. **O urbanismo**. Campinas: Papirus, 2010.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.
- BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- BRAGANÇA. **Lei nº 3.875, de 10 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e dá outras providências. Bragança (PA): Prefeitura Municipal de Bragança, [2006].
- BRAGANÇA. **Lei nº 4.035, de 2009**. Dispõe sobre a política ambiental do município de Bragança-PA e dá outras providências. Bragança (PA): Prefeitura Municipal de Bragança, [2009].
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente, [1989].
- BRASIL. **Decreto de 20 de maio de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [2005].

BRASIL. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [2006].

BRASIL. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [1990].

BRASIL. **Gerenciamento costeiro no Brasil**. Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Brasília (DF): Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [2011].

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [1981]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [1988].

BRASIL. **Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989**. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [1989].

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliações e ações prioritárias para a Convenção da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha**. Brasília: MMA/Fundação BIO-RIO, 2002.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BURNS, Peter. **Tourism planning, a third way?**. *Annals of Tourism Recherche*. Vol. 3, nº 1, 2004.

CANTO, O. *et al.* Uso de redes na análise de conflito socioambiental e gestão do território na RESEX Mãe Grande de Curuçá/PA. *In: SILVA, C. N. et al. (org.). Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia*. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

CANTO, O. **Mineração na Amazônia**: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

CANTO, O. D. *et al.* Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em Unidade de Conservação na zona costeira amazônica. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1528-1552, 2020.

CASTRO JÚNIOR, E. D.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. *In: GUERRA, A. J.; COELHO, M. C. N. Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CECIM, A. B da S. **“Antes tinha peixe e não tinha essas coisas, agora tem essas coisas e não tem peixe”**: considerações sobre a atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores, Bragança – Pará. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

CHAMBERS, R. **Whose reality counts?** putting the first last. Londres: Intermediate Technology Publications, 1997.

COSTA, F. W. D. **Territórios costeiros marinhos e as "estratégias de gestão"**: o caso da Resex de Cururupu - MA. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

ESTEVA, G. D. *In: The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*. Londres: Zed Books, 1992.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

FUKUDA, J. C. **Avaliação de variáveis para delimitação de áreas protegidas costeiras e marinhas: sugestão de limites para uma Unidade de Conservação costeira de Uso Sustentável na região das Reentrâncias Maranhenses (Estado do Maranhão, Brasil)**. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1961.

GAETA, C. Turismo de experiência e novas demandas de formação profissional. *In: PANOSSO NETO, A.; GAETA, C. (org.). Turismo de experiência*. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010.

GIMENES, M. H. S. G. Sentidos, sabores e cultura: a gastronomia como experiência sensorial e turística. *In: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (org.). Turismo de experiência*. 1ed. São Paulo: SENAC, 2010.

GLASER, M. *et al.* Economy, ecosystem and society: mangroves and peoples in the Caeté Bay, North Brazil. *In: Annual conference development studies association, 1997, Nórvido. Anais [...]*. Nórvido: University of East Anglia Norwich, 1997.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES GLAND. **Repost of the statutory auditor to the Council on the consolidated financial statements 2014**. Geneve: IUCN, 2014.

IRVING, M. D. A.; AZEVEDO J. (org.). **Turismo: desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KRAUSE, G. *et al.* Coastal dynamics and socio-economic implication. *In: GERMAN-BRAZILIAN WORKSHOP ON NEOTROPICAL ECOSYSTEMS, 2000, Hamburg. Anais [...]*. Geesthacht: GKSS-Forschungszentrum, 2000.

KRIPENDORF, J. **Sociologia do turismo 25 Anos: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.

LOBATO, C. **Plano de desenvolvimento ecoturístico da área de proteção ambiental de Algodual-Maiandeuá**. Belém: Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 1999.

MAIA, P. C. C.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; CONDURÚ. Terminologia aplicada à produção científica sobre gestão ambiental: diretrizes à elaboração de um

microtesouro. **Perspectivas em Ciência de Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 80-99, 2017.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua**: uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARÇAL, A. S. **Os desafios para a gestão das Reservas Extrativistas Marinhas da Amazônia**: estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MEDEIROS, R. **A proteção da natureza**: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. 2008. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MILANO, M. S. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais** [...]. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. *In*: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. (org.). **Manual de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MIRANDA, E. E. **Água na natureza, na vida e no coração dos homens**. São Paulo: Campinas, 2004.

MIRANDA, H. R.; VASCONCELLOS SOBRINHO, ROCHA. Desenvolvimento territorial sustentável e participação popular na Amazônia: limitações e possibilidades. **Revista Movendo Ideias**, Belém, v. 17, n. 2, p. 71-88, 2010.

MOLINA, S. **Planejamento integral do turismo**. Caxias do Sul: EDUSC, 1997.

MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal do Brasil. *In*: MOURA, A. M. M. (org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010.

OLIVEIRA, A. M. D. Planejamento participativo como instrumento de desenvolvimento turístico responsável. **Caderno Virtual de Turismo**, Niterói, v. 8, n. 3, p. 22-28, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guía para administraciones locales: desarrollo turístico sostenible**. Madrid: OMT, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Introdução ao turismo**. Tradução: Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PARÁ. **Lei Estadual nº 5.887, de 09 de maio de 1995**. Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Belém (PA): Governo do Estado do Pará, [1995].

PAULA, A. T. D.; RABINOVICI, A. Políticas públicas para o ecoturismo no Brasil. *In*: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010.

PEREIRA, L. C. C. *et al.* Dinâmica socioambiental na Vila dos Pescadores (Amazônia Oriental, Pará, Brasil). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 125-136, 2006.

PEREIRA, P. V. V. *et al.* Turismo e Gestão Ambiental na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, Pará. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 119-138, set-dez, 2019.

POLES, G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. *In*: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

PRATES, A. P. L. Plano nacional de áreas protegidas: o contexto das áreas costeiras e marinhas. *In*: PRATES, A. P. L.; BLANC, D. (org.). **Áreas aquáticas protegidas como instrumentos de gestão pesqueira**. Brasília: MMA/SBF, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

QUARESMA, H. D. D. A. B. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodoal/Maiandeuá. Belém: NAEA/UFPA, 2003.

QUARESMA, H. D. D. A. B. **Turismo na Terra de Makunaima**: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia. 2008. 423 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém 2008.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília (DF): IBAMA; MMA, 2006.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. *In*: NEIMAN, Z.; RABONOVICI, A. (org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010.

ROCHA, G. D. M. Ambientalização do território na Amazônia brasileira e a gestão ambiental. *In*: VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; SANTOS JUNIOR, R. A. O. (org.).

Ambiente e Sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Garamond, 2014.

ROCHA, G. M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Desenvolvimento territorial sustentável e participação popular na Amazônia: limitações e possibilidades. **Revista Movendo Idéias**, Belém, v. 17. n. 2, p. 71-88, 2010.

SANTOS, B. D. S. (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Y. A. D. **O turismo de base comunitária como possibilidade de gestão de recursos naturais e desenvolvimento local da Resex Marinha Mocapajuba, São Caetano de Odivelas - PA.** 2020. 226 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2020.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 6., 2004, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2004.

SEM, A. **Development as freedom.** Oxford: Oxford University Press, 1999.

SILVA JÚNIOR, J. T.; GRANGEIRO, R. R. Gestão social, finanças solidárias e desenvolvimento. *In*: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. T. (org.). **Gestão Social:** aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Editora Unijui, 2012.

SILVA, A. P. R. D. **Identidade e poder:** identificação e relações de poder no território de reserva extrativista. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: Unijui, 2002.

TENÓRIO, F. **Gestão social e gestão estratégica:** experiências em desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial FGV, 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. *et al.* Participação e desenvolvimento: conectando os conceitos de gestão social e territórios. *In*: VASCONCELLOS, M. S. *et al.* (org.). **Gestão Social & Território:** práticas participativas para desenvolvimento territorial. Belém: UNAMA, 2018.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; TEIXEIRA, M. A. C. Partnership in action inside a governance spaces: the case of Igarapé- Açu, Pará, Amazônia. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 720- 735, 2017.

VERÍSSIMO, A. *et al.* (org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira:** avanços e desafios. Belém; São Paulo: Imazon; ISA, 2011.

WORLD WILDLIFE FOUNDATION. **Efetividade de gestão das Unidades de Conservação do estado do Pará.** Brasília: WWF-Brasil, 2011.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico intitulada “**GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DA VILA DOS PESCADORES NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERACU, BRAGANÇA/PARÁ**”, que tem como objetivo contribuir para a gestão do turismo sustentável da Vila dos Pescadores na Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar) Caeté-Taperacu em Bragança/PA, para o desenvolvimento local.

A pesquisa está sendo realizada pela discente, **Alessandra de Almeida Pereira**, matrícula nº 202024170001 sob a supervisão e orientação da professora, **Dra. Marise Teles Condurú**. Para alcançar os objetivos do estudo está sendo realizado um questionário individual com duração, em média de 10 minutos, no qual você irá responder perguntas pré-estabelecidas. Sua **participação é voluntária** e os dados de identificação serão confidenciais e os nomes preservados.

Esta pesquisa prevê riscos mínimos, se você se sentir fragilizado (a) por está relatando as suas dificuldades. Não haverá benefícios diretos para você, no entanto, sua participação fornecerá dados importantes para a proposta do plano de ação para a gestão do turismo sustentável da comunidade na Vila dos Pescadores na RESEX-Mar

Para participar da pesquisa é necessário que o (a) candidato (a) a participante esteja de acordo com este termo e tenha suas dúvidas sanadas sobre todos os aspectos pertinentes a pesquisa que lhe interessem. Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo.

Eu, _____ recebi as informações sobre o objetivo e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo.

Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será conduzido, se houver dúvidas poderei entrar em contato com a pesquisadora Alessandra de Almeida Pereira - contato telefônico: (91) 988981172 - e-mail: alessandraparnund@gmail.com. End.: Passagem Coimbra Nº 22, Residencial Independência, bloco 07, apartamento 203.

Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com o pesquisador.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Belém, ____ de _____ de 2021.

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____ portador (a) do RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora, Alessandra de Almeida Pereira, em pesquisa de mestrado com seu projeto de pesquisa sobre “Gestão do Turismo Sustentável da Vila dos Pescadores na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/Pará” a realizar as fotos e vídeos que se façam necessários e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos), vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, documentários, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Assinatura

Bragança, ____ de outubro de 2021.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA OS MORADORES DA VILA DOS PESCADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



Roteiro de questionário estruturado para os moradores da Vila dos Pescadores

1) Quantas pessoas moram com você? Quantos anos você mora na Vila dos Pescadores?

2) Qual sua escolaridade?

- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Médio
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Superior
- Ensino Superior incompleto
- Não tem

3) Qual a sua ocupação?

4) Qual a sua renda familiar?

- menor que 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 2 salários mínimo
- 3 salários mínimo
- maior que 3 salários mínimo

5) O que você pensa sobre o Turismo?

6) Você conhece os principais objetivos de uma Unidade de Conservação (UC)?

Sim Não

7) Você conhece os principais objetivos de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar)?

Sim Não

8) Você acha que com a criação e demarcação da área da Resex-Mar houve mudança significativa para os moradores da Vila dos Pescadores?

Sim Não

Quais? _____

9) Você já participou de alguma discussão sobre o plano de manejo dessa Resex-Mar?

Sim Não

10) A partir de que ano você percebeu a visitação frequente na Vila dos Pescadores?

11) Você acha o turismo importante para a Vila dos Pescadores?

Sim Não

Porque? _____

12) A partir da visitação turística, quais foram as principais mudanças na vida da comunidade?

13) Você trabalha com algo relacionado ao turismo aqui na vila?

Sim Não

O quê? _____

14) Existem ações desenvolvidas pelo poder público (federal, estadual e municipal) na Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Quais? _____

15) As ações dos órgãos públicos (federal, estadual e municipal) têm relação com a realidade da comunidade? Proporciona algum tipo de benefício?

() Sim () Não

Quais? _____

16) Quais ações você considera que sejam importantes serem desenvolvidas com a comunidade para diminuir os problemas da Vila dos Pescadores?

17) A comunidade da Vila dos Pescadores é atuante na gestão do espaço?

() Sim () Não

Porquê? _____

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA AS EMPRESAS PARTICULARES RELACIONADAS AO TURISMO DA VILA DOS PESCADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



Roteiro de entrevista estruturada para as empresas particulares relacionadas ao turismo da Vila dos Pescadores

Nome do Estabelecimento: _____

Nome do Entrevistado: _____

1) O seu estabelecimento já existe há quanto tempo? _____

2) Você conhece os principais objetivos de uma Unidade de Conservação (UC)?

() Sim () Não

3) Você conhece os principais objetivos de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar)?

() Sim () Não

4) Você acha que com a criação e demarcação da área da Resex-Mar houve mudança significativa para os moradores da Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Quais? _____

5) Você já participou de alguma discussão sobre o plano de manejo dessa Resex-Mar?

() Sim () Não

6) A partir de que ano você percebeu a visitação frequente na Vila dos Pescadores?

7) Você acha o turismo importante para a Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Porque? _____

—

8) Quais ações você considera que sejam importantes serem desenvolvidas com a comunidade para diminuir os problemas da Vila dos Pescadores?

9) Você desenvolve ações em benefício do desenvolvimento local da Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Quais? _____

10) Você desenvolve ações em benefício da comunidade?

() Sim () Não

Quais? _____

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA O PODER PÚBLICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



APÊNDICE E – Roteiro de entrevista estruturada para o poder público

Nome do Órgão: _____

Nome do Entrevistado: _____

Formação: _____

Cargo que ocupa: _____

Há quanto tempo trabalha nesse órgão? _____

Quais as atividades que desenvolve?

1) Você conhece os principais objetivos de uma Unidade de Conservação (UC)?

() Sim () Não

2) Você conhece os principais objetivos de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar)?

() Sim () Não

3) Você acha que com a criação e demarcação da área da Resex-Mar houve mudança significativa para os moradores da Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Quais? _____

4) Você já participou de alguma discussão sobre o Plano de Manejo dessa Resex-Mar?

() Sim () Não

5) Atualmente, como está sendo desenvolvida as ações do Plano de Manejo na RESEX-Mar Caeté-Taperaçu?

6) Atualmente, quem são os integrantes do Conselho Gestor da RESEX-Mar Caeté-Taperaçu?

7) O Conselho Gestor é atuante?

8) A partir de que ano você percebeu a visitação frequente na Vila dos Pescadores?

9) O que você entende por Turismo e qual a sua importância?

10) Existem políticas públicas voltadas para o Turismo? Quais? Quando foram implantadas? Onde? Se não, por que?

11) Você acha o turismo importante para a Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Porque? _____

12) Quais são os projetos elaborados para o desenvolvimento do turismo na Vila dos Pescadores?

13) Você acha que na Vila dos Pescadores existem problemas? Quais?

14) Quais ações você considera que sejam importantes serem desenvolvidas com a comunidade para diminuir os problemas da Vila dos Pescadores?

15) O órgão desenvolve ações em benefício do desenvolvimento local da Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Quais? _____

16) O órgão desenvolve ações em benefício da comunidade?

() Sim () Não

Quais? _____

17) Existem ações integradas desenvolvidas pelo poder público (federal, estadual e municipal) na Vila dos Pescadores?

() Sim () Não

Quais? _____

18) As ações dos órgãos públicos (federal, estadual e municipal) têm relação com a realidade da comunidade? Proporciona algum tipo de benefício?

() Sim () Não

Quais? _____

19) Quais ações você considera que sejam importantes serem desenvolvidas com a comunidade para diminuir os problemas da Vila dos Pescadores?

APÊNDICE F – NOTA TÉCNICA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA**



NOTA TÉCNICA Nº

Belém, de de 2022.

Assunto: Proposta para a Gestão do Turismo Sustentável da Comunidade na Vila dos Pescadores na Resex-Mar Caeté-Taperaçu.

Referência (s): Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Parte interessada: Vila dos Pescadores

Senhor Gestor,

Este documento é fruto dos resultados advindos da pesquisa de campo relacionada à dissertação de mestrado intitulada: “GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA VILA DOS PESCADORES NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU, BRAGANÇA/PARÁ” e tem como objetivo geral contribuir para a gestão do turismo sustentável na Vila dos Pescadores na RESEX-Mar Caeté-Taperaçu em Bragança/PA, ao se considerar a participação de sua comunidade.

Atualmente vem ocorrendo na Vila dos Pescadores um intenso fluxo de visitantes que estão usufruindo dos atrativos naturais e culturais, ocasionando assim impactos à comunidade. Logo, partindo dessa premissa é necessário que aja um planejamento responsável de forma participativa para que essa comunidade e o meio o qual ela está inserida possa se desenvolver de forma sustentável para as futuras gerações, em prol dos objetivos da UC e da comunidade.

Esse documento foi produzido em instâncias acadêmicas, como resultado de uma pesquisa de mestrado, cuja autora é esta que subscreve esta minuta de nota técnica.

Portanto, com base nos resultados constatados na referida pesquisa, sugere-se que os respectivos apontamentos sejam avaliados por essa instituição, com vistas a contribuir para a melhoria da comunidade da Vila dos Pescadores.

Nesse sentido, seguem as considerações a serem observadas, que tiveram por base a pesquisa:

- a) Fortalecer a capacidade institucional do ICMBio, aumentando a equipe técnica, com atribuições exclusivas para análise do turismo sustentável;
- b) Investir na infraestrutura de tecnologia da informação, fomentando a capacidade dos técnicos;
- c) Desenvolver ações e/ou projetos relacionadas ao turismo na Vila dos Pescadores para fortalecer o desenvolvimento local;
- d) Desenvolver ações e/ou projetos de educação ambiental na Vila dos Pescadores para sensibilizar e conscientizar a comunidade;
- e) Fortalecer as parcerias já existentes entre órgãos do poder público em prol da educação ambiental;
- f) Criar e estreitar novas parcerias entre o ICMBio e a Secretaria Municipal de Turismo em prol do turismo sustentável;
- g) Rever a formação da representatividade do Conselho Gestor da Resex-Mar Caeté-Taperaçu;
- h) Acrescentar ao Conselho Gestor da Resex-Mar Caeté-Taperaçu a representatividade da Secretaria Municipal de Turismo;
- i) Promover cursos de qualificação para a comunidade da Vila dos Pescadores;
- j) Fortalecer a gestão social participativa na Vila dos Pescadores;
- k) Sanar o problema de abastecimento de água na Vila dos Pescadores;
- l) Construir uma escola de ensino infantil para as crianças na Vila dos Pescadores.

Atenciosamente,

(NOME)

Cargo

De acordo,

Belém, ____/____/____

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 86518-1	Data da Emissão: 12/12/2022 16:21:26	Data da Revalidação*: 12/12/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA ARNUNDO	CPF: 708.194.592-91
Título do Projeto: Solicitação de autorização de pesquisa na Reserva Extrativista Marinha de Caelé, Taperapu (Bragança/PA)	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Coleta de dados mediante entrevistas com moradores e gestores da RESEX	12/2022	06/2023

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso de substância com potencial agrotóxico sítio finalizada e NÃO exonera o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso de substância com potencial agrotóxico sítio finalizada e NÃO exonera o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando de violação de legislação vigente, ou quando de inadequação, omissão ou falta de descrição de informações relevantes que subsidiarem a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	As atividades de campo exercidas por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, ou que especifique esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gcpn .
8	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos, e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exonera o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária esteja em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração de unidade a fim de CONFERMAREM AS DÁTAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0865180120221212

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 86518-1	Data da Emissão: 12/12/2022 16:21:26	Data da Revalidação*: 12/12/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA ARNUND	CPF: 708.194.592-91
Título do Projeto: Solicitação de autorização de pesquisa na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperapu (Bragança/PA)	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Outras ressalvas

1	RESEX Marinha de Caeté-Taperapu
---	---------------------------------

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperapu	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0865180120221212

Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 86518-1	Data da Emissão: 12/12/2022 16:21:26	Data da Revalidação*: 12/12/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA ARNUND	CPF: 708.194.592-91
Título do Projeto: Solicitação de autorização de pesquisa na Reserva Extrativista Marinha de Caeté Taperaçu (Bragança/PA)	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Taxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0865180120221212

Página 3/3